



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS

**Relatório Anual de Avaliação do
Desempenho do Sector de Águas
2013**

Maputo, Abril de 2014

ÍNDICE

SUMÁRIO.....	iii
1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DOS INDICADORES.....	2
2.1 Quadro de Avaliação do Desempenho	2
2.2 Indicadores Dourados do Sector.....	6
2.2.1 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento rural	7
2.2.2 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento urbano	17
2.2.3 Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos.....	24
2.3 Actividades Realizadas no Âmbito do SINAS.....	26
2.4 Assuntos Chave e Recomendações.....	27
2.4.1 Assuntos chave.....	27
2.4.2 Recomendações	28
3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS	29
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2013	33
4.1 Gestão das Finanças Públicas.....	33
4.2 Execução Orçamental do Sector de Águas	33
4.2.1 Orçamento de funcionamento.....	35
4.2.2 Orçamento de investimento	36
4.2.3 Dívida do sector	42
5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	43
6. ANEXOS	49
7. REFERÊNCIAS.....	52

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014)	2
Tabela 2: Matriz do Balanço QAD 2013	5
Tabela 3: Matriz do Balanço do PARP	5
Tabela 4: Distribuição das Comunidades LIFECAS por Província 2011-2014.....	14
Tabela 5: Realizações no Âmbito da Construção de Latrinas nas Zonas Urbanas por Província.....	20
Tabela 6: Número de Amostras de Qualidade de Água Controladas por Sistema	23
Tabela 7: Resumo dos Mecanismos de Financiamento do Sector de Águas.....	34
Tabela 8: Execução do Orçamental do Sector de Águas - 10 ³ MZN.....	34
Tabela 9: Despesas do Sector de Águas Incluindo of Fundos Externos Off Budget - 103 MZN.....	35
Tabela 10: Despesas Totais de Funcionamento em Milhares de Meticais	35
Tabela 11: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10 ³ MZN.....	37
Tabela 12: Despesas do Investimento Interno a Nível das DPOPHs - 10 ³ MZN.....	38
Tabela 13: Despesas do Investimento Externo - 10 ³ MZN	39
Tabela 14: Despesas do Orçamento de Investimento Externo a Nível das DPOPHs e Distritos - 10 ³ MZN	41
Tabela 15: Despesas do Orçamento de Investimento Off Budget - 103 MZN.....	41

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Tendências de Crescimento da Capacidade de Construção de Fontes Dispersas de Água	11
Figura 2: Evolução da Taxa de Reabilitações das Fontes Dispersas.....	12
Figura 3: Taxa de Reabilitações das Fontes do PRONASAR 2010-2012	12
Figura 4: Comunidades Declaradas Livres do Fecalismosa Céu Aberto por Ano.....	14
Figura 5: Tendência do indicador de uso de fontes de água e serviços de saneamento urbano entre 2004 – 2013 (excepto sistemas secundários)	18
Figura 6: Continuidade de Fornecimento de Água nos Sistemas Principais em 2012.....	22
Figura 7: Impacto das Cheias Observadas Desde 1977	25
Figura 8: Tendência de Construção de Estações Hidroclimatológicas.....	26
Figura 9: Quadro Institucional do Sector de Águas	29
Figura 10: Tendências da Evolução da Dívida do Sector de Águas - em 10 ⁶ MZN.....	42

SUMÁRIO

Metas QAD do Sector de Águas 2013

O QAD 2013 manteve os dois indicadores de avaliação do desempenho do QAD 2012, nomeadamente: abastecimento de água - “Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais” e saneamento - “Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas”. Dado que o Ministério de Planificação e Desenvolvimento não estabeleceu os critérios para a avaliação de desempenho de 2013, o Grupo de Trabalho de Água e Saneamento optou por utilizar os critérios estabelecidos para a avaliação do ano de 2012. Da avaliação efectuada, constatou-se que o indicador sobre o abastecimento de água teve um desempenho excelente contrariamente ao de saneamento que teve desempenho insuficiente. Em Dezembro de 2013 havia **23.245** fontes operacionais em todo país, contra as **19.070** planificadas (representando 122% do planificado). Enquanto isso, foram construídas **19.034** novas infra-estruturas de saneamento urbano/peri-urbano, contra as **59.200** planificadas (cerca de 32% do plano).

Avaliação Geral do Desempenho do Governo no Sector de Águas

No **abastecimento de água rural**, o sector construiu e reabilitou um total **2.212** fontes dispersas contra as **1.501** planificadas no PES 2013, correspondendo a uma execução de **147%**, o que qualifica o desempenho deste indicador como bom. A disparidade verificada entre as fontes planificadas e as executadas foi causada pela dificuldade ainda prevalente de integração no PES dos planos de parceiros financiando projectos *off budget*, porém cujos resultados de execução são capturadas durante a avaliação do PES.

Apesar do desempenho ter sido bom, o ritmo de construção de infra-estruturas de abastecimento de água rural precisa de ser aumentado significativamente, para o alcance das metas estabelecidas no PARP (58%) e no PQG (69%) para 2014. Pois, segundo o IDS (2012), a taxa de uso dos serviços de água rural era de 38,0% em 2011 (IDS, 2012), de 45% em 2012 de acordo com PRONASAR (EB 2012), e estimada em 50% em 2013 (de acordo com o novo método de cálculo). Com este nível de cobertura, significa que potencialmente **7,4 milhões de pessoas** estão a usar fontes de água potável, contra os **13,5 milhões** previstos no PQG (2010-2014). Note-se que o aperfeiçoamento da metodologia de cálculo da cobertura afectou as metas inicialmente estabelecidas no PQG.

No **saneamento rural**, previa-se a construção de 41.900 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, mas foram construídas 407.347 latrinas, das quais 286.935 (70%) foram latrinas tradicionais e 120.412 (30%) latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas. Apesar do elevado número de latrinas construídas, contribuiu de forma modesta no acesso ao saneamento adequado pois produziu muitas latrinas de padrão abaixo do nível de serviço mínimo estabelecido no sector. Segundo o Estudo do Base do PRONASAR (EB 2012), 13% da população rural, ou seja apenas **2.1 milhões de pessoas** usam infra-estruturas de saneamento adequado, ainda muito longe **das 8.0 milhões** de pessoas planificadas para 2014 (PQG). Por outro lado, a construção de apenas 29% de

latrinas com padrão aceitável, contribuiu para um crescimento anual de apenas 1,1%, e se este ritmo prevalecer, o país não poderá alcançar o acesso universal no presente milénio.

Medidas adicionais devem ser introduzidas para acelerar a expansão dos serviços por infra-estruturas de saneamento, incluindo melhoria de coordenação inter-institucional, alocação de mais recursos financeiros, desenho e implementação de programas específicos de saneamento rural e de formas inovadoras de promoção e financiamento ao nível do agregado familiar.

Para o **abastecimento de água urbano**, foram estabelecidas 51.998 novas ligações domiciliárias contra as 45.728 planificadas, podendo ser considerado um bom desempenho deste indicador. Com estas infra-estruturas foram potencialmente servidas cerca de 307.990 pessoas adicionais. Segundo o Iquérito Demográfico e de Saúde (IDS 2012) a taxa de uso dos serviços situou-se 84%, ou **6,2 milhões de pessoas**. Este é o único dos quatro (4) indicadores de resultados do PQG 2010-2014 e dos ODMs, que vai ser cumprido em pleno. Também em 2013 foram reabilitados 96 **fontanários** dos 287 planificados no PES 2013, confirmando a tendência decrescente na preferência deste nível de serviços nas zonas peri-urbanas.

Ainda assim, os números do abastecimento de água urbano serão objecto de correcções graduais, nos próximos anos, pois ainda não incluem os sistemas secundários que são responsáveis por cerca de 20% da população urbana. Assim, os dados da AIAS deverão começar também a ser reportados em conformidade com os indicadores do CRA e a entrar na avaliação do seu desempenho.

No **saneamento urbano**, foram construídas 15.411 latrinas melhoradas nas zonas urbanas e peri-urbanas. Esta realização supera a meta do PES 2013 que era de apenas 5.000 latrinas. Das 26.820 fossas sépticas planificadas, apenas 14% (3.623) foram construídas. Não foi possível obter dados relativos ao estabelecimento de ligações às redes de esgotos convencionais. Portanto, a meta do PARP que previa a realização do conjunto latrinas, fossas sépticas e ligações aos sistemas convencionais de esgotos de 59.200 unidades em 2013, não foi cumprida. Assim, o indicador de saneamento urbano teve um desempenho mau. Apesar do fraco desempenho deste subsector, taxa de uso do saneamento urbano foi reportada pelo IDS (2012), como sendo de 48 % da população urbana, cerca de 3,2 milhões de pessoas.

Por falta de dados, não se conhecem as diferenças absolutas entre as taxas de uso (57% em 2011) e de cobertura (80% no PQG em 2014). No âmbito da expansão do **SINAS** para as áreas urbanas, as Cidades e vilas deverão adoptar metodologias e ferramentas adequadas para capturar a informação sobre infra-estruturas e níveis de serviços de saneamento nas suas áreas de jurisdição, de modo a melhorar este entendimento.

Nos **recursos hídricos**, foram construídas 55 estações hidroclimatológicas manuais, contra 47 que estavam planificadas no PES 2013, um desempenho bom. Porém, a realização das estações telemétricas foi afectada pelo cancelamento das únicas 10 estações que estavam programadas para a bacia do Limpopo, no âmbito da elaboração do orçamento rectificativo. Este cancelamento teve origem na necessidade de concentrar esforços para a reposição de infra-estruturas danificadas pelas cheias. Com a realização das 55 estações o sector necessita de construir mais 179 estações em dois

anos para cumprir com a meta sectorial de 666 estações telemétricas em 2015. Existe necessidade de melhorar o financiamento das ARAs para que consigam acelerar a modernização das estações hidroclimatológicas.

Importa salientar a conclusão das obras de reabilitação da barragem de Nacala, que elevou a sua capacidade de armazenamento de 3 para 6 milhões de metros cúbicos.

No âmbito do **SINAS** foram realizadas várias actividades viradas para a capacitação institucional a todos os níveis, nomeadamente a reciclagem de 39 técnicos dos SDPI, 85 chefes de Postos Administrativos e 202 chefes de Localidades na recolha de dados/informação sobre o abastecimento de água e saneamento rural, e 58 técnicos dos SDPI na operação da Base de Dados informatizada. Foram também codificadas 1.433 fontes e digitalizadas na base de dados 2.088 fontes dispersas. É importante que o SINAS defina metas para as suas actividades, sobretudo de produto para o PES e provavelmente de resultados a longo prazo. Um ponto de partida para 2014, seria a definição de número de treinamentos que devem ser realizados num certo nível (central, provincial, distrital ou localidade), quantificação do impacto desejado e dos locais de expansão do SINAS.

Execução Financeira

O **Orçamento Total** do Sector de Águas em 2013 teve a dotação actualizada de **5.220.732,26 mil Meticais**, dos quais cerca de 2% para funcionamento e 98% para investimento. O balanço entre o funcionamento e o investimento é um dado importante para a sustentabilidade, mas neste momento necessita-se de análises específicas para compreender essa relação.

Os fundos externos continuam a contribuir de forma significativa para o Sector de Águas, mas com tendência a diminuir. Em 2013 cerca de 80% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado são provenientes de financiamento externo e 20% de financiamento interno. Comparativamente ao exercício 2012, o peso do financiamento interno era de 12%, enquanto o do financiamento externo era de 88%; em 2011 foi de 8% e 92%, respectivamente. Nota-se que há um esforço do Governo em reduzir a dependência do financiamento externo aumentando a componente interna do orçamento do Sector de Águas, dado que este sector faz parte dos sectores prioritários do Governo.

O **Orçamento de Funcionamento** do Sector, no ano de 2013 teve a dotação inicial de **105.700,11 mil Meticais** e a dotação actualizada de **107.229,46 mil Meticais** sendo a **execução** de **99.784,71 mil Meticais** correspondentes a 93%. Cerca de 62% do valor total do Orçamento foi gerido pelas instituições do nível Central (DNA, AIAS e CRA) e 38% foi descentralizado para as ARAs. Ainda não é possível apresentar a informação do orçamento de funcionamento das províncias (DPOPHs) ligada especificamente ao abastecimento de água e saneamento e gestão de recursos hídricos, pelo facto de o orçamento não apresentar linhas específicas pelas componentes sob responsabilidade das DPOPHs. Assim, esta informação é disponível apenas para a componente de investimento.

Desafios Encontrados

Abastecimento de água

- A planificação das fontes dispersas e dos pequenos sistemas rurais foi conservadora para 2013. Note-se que regista-se uma tendência decrescente do número de fontes desde 2010. Verificou-se com muita apreensão o número crescente das fontes reabilitadas facto que pode indicar deficiências no sistema de gestão das infra-estruturas anualmente construídas.
- As perdas físicas nos sistemas de abastecimento de água urbanos ainda são muito altas, em média 40%. Tomando os dados mais actualizados que são de 2012, a maior atenção deve ser dada aos sistemas com níveis de perdas mais altos, nomeadamente Maputo/Matola (51%), Água da Região de Manica (46%) e Angoche (37%).
- Persiste a dificuldade de se obter informação sobre o desempenho dos sistemas secundários.
- Água urbana está a controlar uma média de 21 parâmetros de qualidade de água dos 33 obrigatórios, de acordo com o Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano. Maior atenção deve ser dada aos sistemas que até a data controlam apenas os 11 parâmetros mínimos estabelecidos pelo CRA, nomeadamente Xai-Xai, Chokwe, Inhambane e Maxixe.

Saneamento

- Apesar dos esforços empreendidos conducentes a acelerar de forma sustentável o alcance das metas de saneamento (por exemplo a introdução de abordagens como o SANTOLIC) ainda verifica-se que parte significativa das infra-estruturas auto construídas pelas famílias não atinge o nível mínimo de serviços para o saneamento rural, não contribuindo assim para as a cobertura. Por outro lado e de acordo com Estudo de Base do PRONASAR (EB 2012), ainda cerca 39% de pessoas pratica fecalismo a céu aberto.
- A colaboração intersectorial, a definição clara dos papéis e responsabilidades dos diversos intervenientes no saneamento e a ausência de estratégia e um plano integrado de saneamento, constitui um grande desafio para acelerar os níveis de coberturas do saneamento melhorado incluindo a obtenção da base de advocacia para mais recursos para o saneamento.

Recursos hídricos

- Atrasos nos processos de contratações devido a complexidade dos procedimentos dos financiadores e períodos longos para a aprovação dos mesmos.
- Financiamento para a gestão dos Recursos Hídricos ainda é inadequado. Sistema de financiamento das ARAs é deficiente por deficiências das receitas da água bruta, discordância entre os seus limites de jurisdição e os procedimentos de uso de fundos alocados.
- Necessidade de planificação integrada entre a gestão Recursos Hídricos e o uso da terra.

Execução financeira

- Dificuldade ainda prevaiente em aferir, de forma clara, investimentos alocados ao sector por componentes (abastecimento de água rural e urbana, saneamento rural e urbana) de forma a possibilitar avaliar o cumprimento das metas orçamentais estabelecidas ao nível nacional e internacional.

Propostas de Soluções para Melhorar do Desempenho

Abastecimento de água e saneamento

- Melhorar a gestão e sustentabilidade das infra-estruturas construídas nas comunidades através do reforço das capacidades de acompanhamento dos técnicos distritais.
- Assegurar que o Ministério de Planificação e Desenvolvimento e o Ministério das Finanças disponibilizem 1% do PIB para o acesso universal a água e saneamento.
- Desenhar programas específicos de detenção de fugas, com particular ênfase os sistemas com altos níveis de fugas, nomeadamente Maputo/Matola (51%), Água da Região de Manica (46%) e Angoche (37%).
- Investir mais recursos nos laboratórios dos sistemas de abastecimento de água urbanos, sobretudo os que até a data controlam apenas o número mínimo de parâmetros de qualidade água (Xai-Xai, Chokwe, Inhambane e Maxixe).
- Enquanto se aplicam abordagens conducentes a eliminação do fecalismo a céu aberto que se privilegie também o apoio as famílias na melhoria do serviço, incluindo a participação activa do sector privado na promoção, comercialização das componentes, treinamento e construção de infra-estruturas de saneamento.
- Melhorar a coordenação intersectorial e liderança do saneamento.

SINAS

- Expandir o SINAS para o nível Municipal, Urbano, Recursos Hídricos e consolidar as acções em curso na área rural.
- Integrar gradualmente o “*reporting*” dos sistemas secundários de água e de saneamento urbano no relatório do CRA ao Governo, preferencialmente a partir de 2014.

Recursos Hídricos

- Melhorar o processo de planificação tendo em conta a complexidade dos processos de contratações e tempos necessários para as aprovações, de acordo com cada financiador.
- Introduzir planificação integrada entre a gestão Recursos Hídricos e o uso da terra.
- Desenvolver planos de negócios das ARAs ou iniciar a respectiva implementação onde estes já existem e tornar as Unidades de Gestão de Bacias em Unidades Gestoras e Beneficiárias.

Execução Financeira

- Melhorar a orçamentação do abastecimento de água e saneamento através de estabelecimento de linhas financeiras específicas para estas componentes de modo a possibilitar a análise dos investimentos alocados e necessários.
- Na análise da Execução Orçamental, sugere-se uma avaliação separada entre créditos e doações e por componentes (abastecimento de água rural e urbano, saneamento rural e urbano e Recursos Hídricos) de modo a melhor se entender as principais razões de fraco desempenho e medidas específicas necessárias.
- Analisar a contribuição do abastecimento de água urbana ao PIB.

Coordenação de Parceiros

- A estrutura de colaboração entre o sector de águas e os Parceiros de Cooperação expandiu o seu enfoque para todo sector.
- O papel de Parceiro Focal passou da Embaixada do Reino dos Países Baixos para o Banco Africano de Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Avaliação do Desempenho do Sector de Águas de Moçambique de 2013 (RADS 2013), é o quarto da sua série, tendo o primeiro sido elaborado para o ano de 2010. Desde 2010, os RADS têm sido o instrumento principal de avaliação do desempenho do sector por parte do Governo e parceiros de desenvolvimento.

O RADS é preparado na base dos relatórios anuais de Balanço do Plano Económico e Social (PES) da DNA (que contém informação consolidada das províncias, ARA's e FIPAG), relatórios do CRA, inquéritos do INE (ex: MICS, IDS, IOF, etc.) e estudos nacionais e internacionais sobre o sector de águas. Os RADS distinguem-se dos outros relatórios na natureza da análise. Enquanto os relatórios anuais do sector centram-se na relação entre planos e execução, os RADS fazem análise em relação as metas anuais, explorando as razões de desempenhos particulares e recomendado medidas de sua melhoria.

A avaliação do desempenho de 2013 tem em conta os vários objectivos traçados pelo sector em várias sub-areas. Assim como nos relatórios passados, o ponto de partida são os indicadores do QAD acordados com os parceiros de apoio programático. A evolução dos indicadores de construção e operacionalidade de infra-estruturas e investimentos foram validados utilizando informação do balanço do PES que advêm da informação operacional dos subsectores. Todos outros indicadores são obtidos dos inquéritos do INE & MISAU (ex: IDS 2012) ou de estudos específicos do sector (ex: Estudo de Base do PRONASAR 2012). Entretanto, o lapso de tempo entre estudos especializados tem sido de pelo menos dois anos, o que dificulta a avaliação intermédia do cumprimento dos objectivos estratégicos do sector, PARP, PQG 2010-2014, e ODMs- 2015.

O relatório começa com a avaliação dos indicadores do QAD, depois analisa os progressos alcançados nos indicadores dourados do sector, e em seguida descreve as realizações feitas no âmbito do SINAS e termina com as recomendações pertinentes neste contexto. As três últimas partes do relatório são reservadas a apresentação do quadro institucional actual do sector, análise da execução financeira e a avaliação conjunta feita em 2013. Para mais detalhes o relatório apresenta em anexo as tabelas dos indicadores dourados avaliados na primeira parte do mesmo.

2. ANÁLISE DOS INDICADORES

2.1 Quadro de Avaliação do Desempenho

O programa quinquenal do Governo 2010-2014 para o Sector de Águas, foi desenhado para materializar os objectivos da Política de Águas e detalha os compromissos do Governo relativamente aos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODMs), estabelecendo as seguintes metas:

- Aumentar a provisão e acesso aos serviços de água potável para cobrir um total de 20,1 milhões de pessoas, sendo 13,5 milhões nas zonas rurais e 6,6 milhões nas zonas urbanas;
- Aumentar a provisão e acesso aos serviços de saneamento para cobrir um total de 15,5 milhões de pessoas, sendo 8 milhões nas zonas rurais e 7,5 milhões nas zonas urbanas.

A Tabela 1 apresenta a avaliação sumária do progresso dos quatro indicadores do PQG 2010-2014 para o Sector de Águas.

Tabela 1: Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014)

Serviço	Metas		
	Taxa de Cobertura	Pessoas Servidas	Progresso
Água Rural	69%	13,5Milhões	●
Água Urbana	70%	6,6 Milhões	●
Saneamento Rural	48%	8,0Milhões	●
Saneamento Urbano	80%	7,5 Milhões	●

Legenda:

- - Atingirá as metas do PQG
- - Não atingirá as metas do PQG

O PQG é um instrumento orientador dos objectivos do Programa de Redução da Pobreza (PARP). Desde 2004 que a sua avaliação pelos PAPs é feita usando indicadores comuns definidos através de um quadro de avaliação de desempenho (QADs). Esses indicadores servem de guião para a elaboração e avaliação dos planos económicos e sociais (PES). Da tabela 1 constata-se que apenas água urbana vai alcançar as metas do PQG, a água rural já não vai alcançar esta meta de resultados, em parte, por conta da redução do número de pessoas servidas por uma fonte dispersa.

No Sector de Águas a discussão e definição dos indicadores do QAD tem sido dinâmica. Em 2010 foram usados indicadores de acesso (percentagem da população coberta pelo abastecimento de água rural e percentagem da população coberta pelo saneamento), em 2011 e 2012 evoluiu-se para o

número de fontes dispersas de abastecimento de água rural operacionais e número de novas ligações aos sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas nas zonas rurais, urbanas e peri-urbanas.

Apesar de o Sector de Águas ter realizado um trabalho de desagregação dos indicadores por tipo de serviço do abastecimento de água e saneamento e por tipo de zonas servidas, rural ou urbana, para 2013 e 2014 os indicadores QAD a considerar continuam sendo apenas os dois (2) indicadores de produto definidos em 2011/2012.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2013

Tabela 2: Matriz do Balanço QAD 2013

GRUPO	No	INDICADOR	REAL 2012	META 2013	GRAU DE REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO (%)	SECTOR
OBJECTIVO 3: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL							
Disponibilidade e qualidade no acesso aos serviços sociais & segurança social básica e infra-estruturas Sociais	18	Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais.	19.306	19.071	23.245	>100%	MOPH/DNA
	19	Número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas e tradicionais-melhoradas construídas em zonas urbanas e periurbanas.	19.060	59.200	19.034	32%	MOPH/DNA

Fonte: (BALANÇO QAD - 2013)

Tabela 3: Matriz do Balanço do PARP

Sector	Objectivo do PQG 2010-2014	Programa do CFMP	Indicador de Resultado (Fonte de verificacao)	Base - 2009	Progresso 2013	Meta - 2014	Indicador de Produto (Fonte de verificacao)	Meta - 2010	Meta - 2011	Meta - 2012	Meta - 2013	Real - 2013	Meta - 2014
Água e saneamento	Aumentar o acesso ao uso de fontes seguras de água potável nas zonas rurais e urbanas	Abastecimento de água e saneamento	% da população que usa fontes seguras de água potável nas zonas rurais e urbanas	Urbano 70%	87% a)	Urbano 78%	No total de ligações domiciliárias activas (FIPAG+AIAS)	299.300	331.400	352.400	370.400	430.904	384.900
				Rural 30%	50% b)	Rural 58%	No total de fontes dispersas operacionais	16.500	18.900	21.500	24.200	23.245	27.000
			% de pessoas que usa infraestruturas de saneamento adequadas nas zonas rurais e urbanas	Urbano 47%	63% c)	Urbano - 63%	No de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	37.800	54.000	56.600	59.200	19.034	62.200
				Rural 6%	15% d)	Rural- 45%	No de latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas em zonas rurais	171.000	179.000	187.000	195.000	120.412	203.000

Legenda:



- Alcançada



- Não alcançada

a) Estimado dos desenvolvimentos de 2013, a partir da taxa de 84% em 2012 (IDS 2012); b) De acordo com a nova metodologia, 300 pessoas por fonte;

c) Estimado tendo a conta as tendências dos últimos anos); e d) Estimado com base nos desenvolvimentos de 2013, partindo dos 13% em 2012 do PRONASAR (EB 2012)

Da tabela 2 pode-se ver que o indicador de produto QAD para água foi alcançado e superado em 2013, enquanto que o indicador de saneamento teve um desempenho insuficiente. As razões para o fraco desempenho do indicador de saneamento estão relacionadas com o desempenho baixo na construção de fossas sépticas e no facto de não ter sido possível obter os dados do desempenho do outro indicador associado “*número de ligações aos sistemas convencionais de esgotos*”, por insuficiência do sistema de recolha de dados destas ligações nos Municípios com redes de esgotos convencionais, particularmente Nampula, Quelimane, Beira e Maputo.

Da Tabela 3 - Matriz do PARP, constata-se que os indicadores de resultados da componente urbana são todos positivos em termos de progresso para 2013, e as respectivas taxas de acesso foram estimadas em 87% para água e 63% para saneamento, considerando as taxas de crescimento observadas desde 2004, que foram de 1% e de 3% respectivamente. Apesar de necessitarem de uma validação por levantamentos específicos, estes valores estão alinhados com os últimos estudos realizados. O IDS (2012) encontrou as seguintes taxas de uso: água urbana - 84% e saneamento urbano - 48%. Ainda segundo o IDS (2012), as taxas de uso de água e saneamento rural foram de 14,4% e 38%, não se conhecendo também o nível de incremento real entre 2011-2013. Mesmo assim, a série de dados sobre as realizações dos últimos três anos, mostram incrementos de cobertura abaixo de 2%/ano, que é insuficiente para o alcance das metas estabelecidas no PARP para 2014.

Nos indicadores de produtos, apenas a água urbana alcançou e superou a meta do PARP de 2013. O indicador de produto para o saneamento urbano, teve uma realização de cerca de 32%, o mais baixo dos desempenhos quando comparado com todos os outros, qualificando-se de desempenho insuficiente. As discrepâncias entre o planificado e o realizado nas fossas sépticas e nas latrinas melhoradas nas zonas peri-urbanas sugerem que deve-se melhorar tanto o processo de planificação para o tornar mais realístico, assim como é necessário estabelecer e fortalecer o sistema de recolha de dados na área do saneamento urbano, em geral.

2.2 Indicadores Dourados do Sector

Embora o Governo e os parceiros do Sector de Águas tenham acordado os indicadores do quadro de avaliação do desempenho (QAD), e em cada ano se esforcem em aperfeiçoá-los, estes ainda estão longe de cobrir todas as realizações anuais do Sector. O RADS 2012 propôs que a partir de 2014 fosse incluído o indicador do “*Número total de ligações domiciliárias activas*”, para permitir monitorar os progressos no abastecimento de água nas zonas urbanas. Mas esta não deveria ser a única via para propor e validar indicadores, o SINAS deverá desenvolver uma metodologia apropriada para esse fim.

Este relatório faz a análise dos 19 indicadores e 45 definições, adoptados pelo SINAS, dos quais 9 indicadores e 20 definições para água e saneamento rural, 6 indicadores e 18 definições para água e saneamento urbanos e 4 indicadores e 7 definições de para a gestão dos recursos hídricos.

2.2.1 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento rural

Este grupo de nove (9) indicadores com 20 definições apresenta diferentes níveis de preenchimentos. Neste momento o sector consegue reportar numa base anual os seguintes indicadores: acesso, uso, operacionalidade, infraestruturas construídas e reabilitadas e sustentabilidade. Os indicadores relativos ao tempo gasto para buscar água, ao género e a equidade, necessitam de levantamentos específicos não podendo ser reportados anulamente, sendo a extrapolação de dados uma alternativa a considerar. Os dados do indicador de investimento necessitam que o sector aloque recursos para que estes possam ser monitorados e reportados com regularidade.

a) Tempo para buscar água

Definição:	% de agregados familiares que gasta menos de 30 minutos a ir buscar água para beber
-------------------	---

O tempo para ir buscar água é definido como a soma dos tempos de ida, espera e regresso no processo de busca de água. Quatro estudos específicos apresentando dados neste contexto já foram realizados. O MICS realizado em 2008 calculou uma média de 52,7% dos agregados familiares gastavam menos que 30 minutos para ir buscar água nas zonas rurais. O inquerito do orçamento familiar (IOF-2008/2009) diz que 85,9% dos agregados andava menos de 30 minutos.

Por seu turno, o estudo de base do PRONASAR terminado em 2012 refere que 32% dos agregados gastavam menos de 30 minutos para ir buscar água em 2011. Mas o dilatado tempo médio (52 minutos), reflecte as diferenças observadas nas três regiões do país. Cerca de 66% dos agregados familiares rurais da zona norte gastam em média 50 minutos para buscar água, 42% dos agregados rurais da zona centro gastam em média 30 minutos e 50% dos agregados rurais da zona sul gastam em média 30 minutos.

O inquérito demográfico e de saúde (IDS 2012) mostra que 43,4% dos agregados das zonas rurais gastava menos de 30 minutos para buscarem água em condições de potabilidade em 2011.

Como se pode depreender, esta análise baseia-se num universo bastante limitado de dados com tempos que diferem significativamente entre si, o que chama atenção à dificuldade de controlar a qualidade de dados técnicos neste tipo de inquéritos. Para reduzir a distorção no tempo, este relatório optou por achar a média dos tempos dos estudos realizados em 2011 (O estudo de base do PRONASAR e o IDS), tendo estimado que 38% dos agregados familiares das áreas rurais do país gastavam menos de 30 minutos para buscar água em 2011. Esta proporção, representa menos de metade da meta deste indicador para 2015, que é de conseguir que 90% dos agregados tenham água a menos de 30 minutos de suas residências. Por esta razão, o desempenho do indicador é considerado insuficiente.

b) Acesso a água rural

Definição:	Percentagem da população rural com acesso a uma fonte melhorada de água dentro de um raio de 500 m
------------	--

Para o abastecimento de água rural, o acesso é definido como sendo a percentagem de pessoas que têm a sua disponibilidade uma fonte de água segura. Até 2012, este indicador era calculado assumindo que uma fonte abastecia 500 pessoas, de acordo com a Política de Águas (2007). Em Setembro de 2012 o Governo aprovou um novo critério de planificação que faz uma revisão em baixa do número de pessoas que podem ser servidas por uma fonte rural para 300.

Importa salientar que o acesso será sempre inferior à definição do serviço básico. Os valores mais aproximados (os de uso) só poderão ser obtidos por inquérito directo aos agregados familiares. Entretanto, do ponto de vista de provedor de serviço, parece ser imprescindível que o governo continue a mostrar a relação entre a planificação e a execução, utilizando o critérios de planificação, quer em termos percentuais quer em termos de pessoas alvo, para dar mais sentido aos seus planos e relatórios anuais.

Por este critério, as 23.245 fontes que estavam operacionais em 2013, estavam disponíveis para cerca de 6,9 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 51% da população rural planificada para servir em 2014 que era de 13,5 milhões de pessoas. Não existe registo histórico que confirme a capacidade do sector de águas em Moçambique de servir a cerca 6,6 milhões de pessoas num só ano. Isto leva q que o desempenho deste indicador seja classificado como sendo insuficiente.

c) Uso de fontes e de instalações sanitárias melhoradas

Definição:	% da população rural que usa fontes melhoradas de abastecimento de água; % da população que usa instalações sanitárias melhoradas
------------	--

As definições de uso estão patentes apenas na matriz do PARP. Este indicador mede o grau de uso das instalações melhoradas de água e saneamento rural existentes. É medido pela percentagem das pessoas que dispo de estas infraestruturas, faz o seu uso efectivo. De acordo com a Política de Águas, uma fonte de água rural segura pode ser um poço com manilhas, um furo ou poço com bomba manual, e uma ligação doméstica ou fontanários alimentados a partir de um sistem de água canalizada; enquanto a infraestrutura de saneamento segura comporta sistemas de eliminação de excreta com água corrente, latrina com despejo de água manual, a latrina VIP, a latrina melhorada com laje de cimento, a latrina tradicional melhorada e a latrina ecológica.

Em analogia a análise feita sobre o “Tempo para buscar água”, neste indicador o relatório usa também os dados de 2011 do estudo de base do PRONASAR e do IDS. No abastecimento de água rural os estudos encontraram 45% e 38% da população rural que usa fontes melhoradas de abastecimento de água, respectivamente. Com estes dados pode-se inferir que a média de

pessoas que usavam fontes seguras em 2011 era de 41,5%. A meta do PARP é atingir 58% da população em 2014, o que implica a necessidade de incrementar a uma taxa média de 5,5% ao ano.

Entre 2005-2011, a taxa do uso de fontes melhoradas de abastecimento de água rural teve um incremento médio anual de 2,9%, o que implica que para alcançar a meta do PARP teria que quase duplicar. Esta dificuldade permite concluir que o desempenho deste indicador tem sido insuficiente.

A meta do PARP para a população que usa instalações sanitárias melhoradas era de 45% em 2014. Os resultados do estudo de base do PRONASAR e o IDS, ambos de 2011, são consistentes neste indicador, pois apresentam valores de 12,4% e 12,3% (excluindo infra-estruturas partilhadas), respectivamente, para a utilização de instalações sanitárias melhoradas, só para uso de agregado familiar. Mesmo incluindo as latrinas partilhadas do IDS, a taxa de uso sobe para pouco menos que 15%. Torna-se evidente que incrementos anuais drásticos de cerca de 15% de 2011 – 2014 para atingir as metas do PARP (45% de uso em 2014) e do PQG (48% de cobertura em 2014) são pouco prováveis, por isso o desempenho deste indicador tem sido demasiado insuficiente.

Para reverter esta tendência do crescimento do saneamento precisam-se melhorias significativas na qualidade da promoção, melhor informação aos líderes locais e aos utentes sobre as condições mínimas para aprovação das comunidades LIFECA e desenho e implementação de programas multisectoriais específicos para fazer melhorar as latrinas, pós-SANTOLIC. Desde 2010, os RADS têm constatado que as zonas de promoção do SANTOLIC têm construído entre 3 – 5 vezes mais latrinas que não satisfazem o padrão mínimo de serviços quando comparadas ao conjunto de latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, construídas nessas mesmas áreas. Para o seu aproveitamento, passa pela melhoria dos trabalhos feitos no âmbito do PEC e na assistência às comunidades para que elas possam ser capazes de construir latrinas com padrão de higiene aceitável e consequentemente sustentáveis.

d) Operacionalidade das fontes dispersas

Definição:	% das fontes de água dispersas existentes em funcionamento
-------------------	--

Fontes operacionais são definidas como aquelas que efectivamente estão a servir as populações. A meta para este indicador é o alcance da taxa de 95% em 2015. A operacionalidade das fontes só pode ser determinada com rigor a partir de um estudo específico. O último estudo deste género, foi o estudo de base do PRONASAR, que encontrou uma taxa de operacionalidade de 80% em 2011. Assim, os valores reportados para 2013 são resultados de cálculos que tomaram como base os dados de 2011 e as realizações de 2012 e 2013 que mostram que ela se mateve nos 80%.

A taxa de operacionalidade de 80% já é boa e normalmente quando se alcança estes níveis há uma tendência de estagnação. Para evitar esta tendência e eleva-la para os desejados 95% é

preciso um grande esforço de alargamento do mercado de peças de substituição das bombas manuais, formação e treinamento em manutenção de mecânicos, artesões locais e das próprias comunidades. Os PECs também têm um grande contributo para a sensibilização das comunidades para a necessidade de uso adequado e perservação das fontes.

e) **Infraestruturas de água e saneamento rural construídas e reabilitadas**

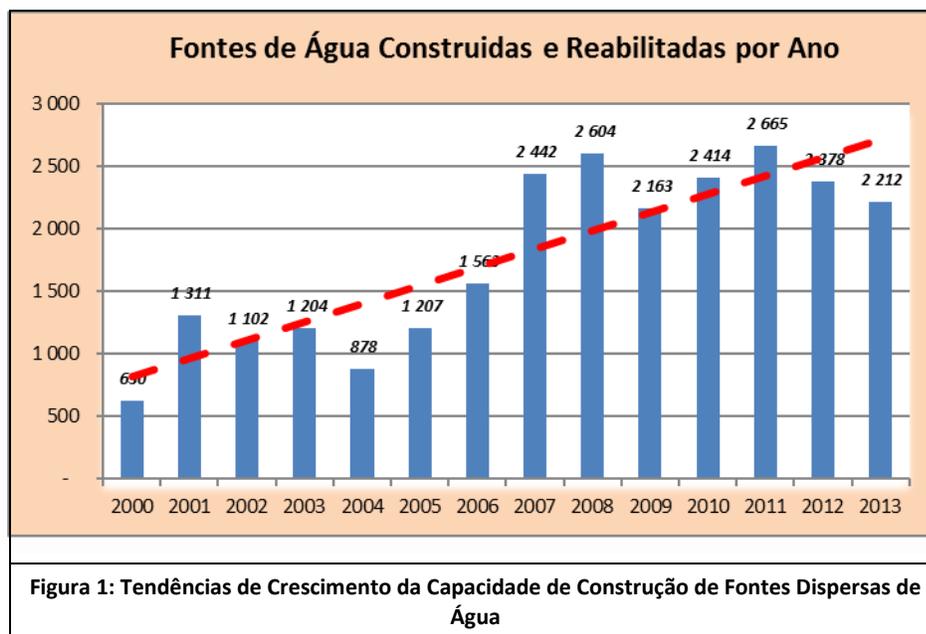
Definição:	Número de fontes novas e reabilitadas por ano;
	Número de PSAA rurais novos e reabilitados por ano;
	Número de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano;
	Número de latrinas melhoradas construídas por ano;
	Número de latrinas tradicionais construídas por ano;
	Número de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano;
	Número de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano

Este indicador avalia as realizações feitas no âmbito da implementação do PES de cada ano, por isso, é feito ao fecho do ano, 31 de Dezembro, e contabiliza as infraestruturas de água e saneamento rural construídas e reabilitadas em cada ano, comparando-as com as metas físicas estabelecidas. Faz a avaliação do progresso das construções e reabilitações de fontes dispersas - poços/furos, pequenos sistemas de abastecimento de água rurais - PSAA, latrinas melhoradas - LM, latrinas tradicionais melhoradas - LTM e latrinas tradicionais - LT.

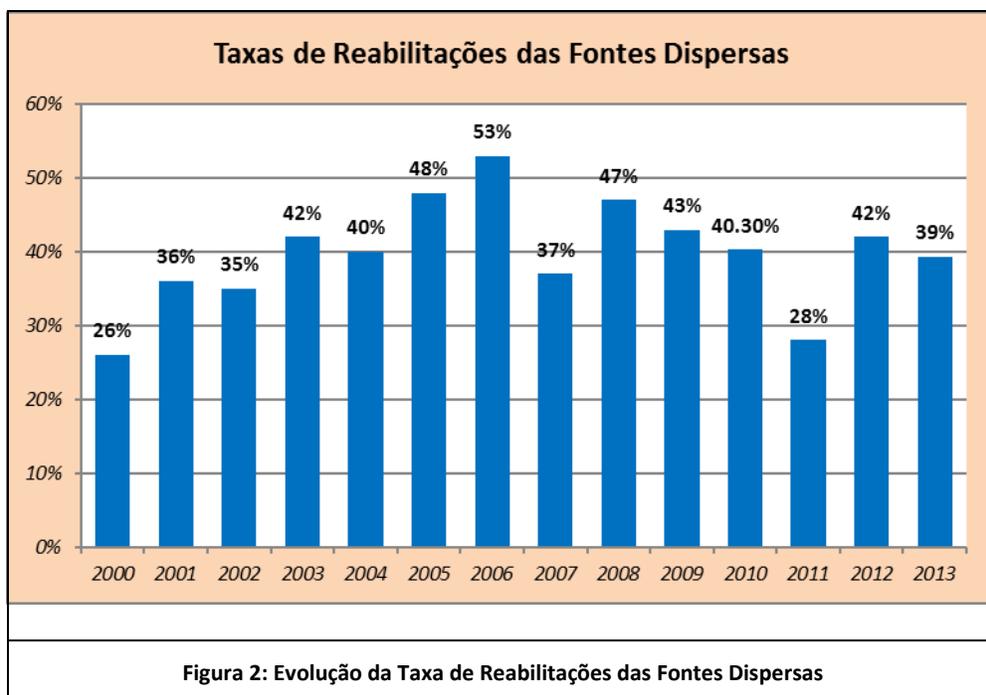
Em 2013 foram construídas e reabilitadas no total 2.212 **fontes de água dispersas** contra as 1.501 planificadas, o que corresponde a um grau de execução de 147%. Por causa Das 975 fontes novas planificadas, foram executadas 1.343 (138%) e das 526 reabilitações planificadas, foram realizadas 869 (165%). A disparidade verificada entre as fontes planificadas e as executadas foi causada pela dificuldade ainda prevalecente de integração no PES dos planos de parceiros financiando projectos *off-budget*, porém cujos resultados de execução são capturadas durante a avaliação do PES. Os objectivos do PES 2013 foram cumpridos e superados. Ainda assim, o número total de fontes operacionalizadas em 2013 mostra uma tendência decrescente de 2.665 fontes em 2011, para 2.378 fontes em 2012 e 2.212 fontes em 2013 (como ilustrado na Figura 1).

Tomando em conta que a meta é construir e reabilitar um mínimo de 3.681 fontes em 2015. A realização de 2013 foi também inferior as médias anteriores reportadas na AMT- PRONASAR (2012): 2.394 fontes/ano no período 2007 - 2009 e 2.458 fontes/ano no período 2010 - 2012. Para reverter esta tendência, o esforço deve partir da própria planificação que tem sido conservadora e não consistente com os objectivos estratégicos do sector. Como a planificação é condicionada pelos recursos financeiros disponíveis para a materialização dos objectivos, a mobilização de mais recursos financeiros para o sector é também um ponto de partida importante.

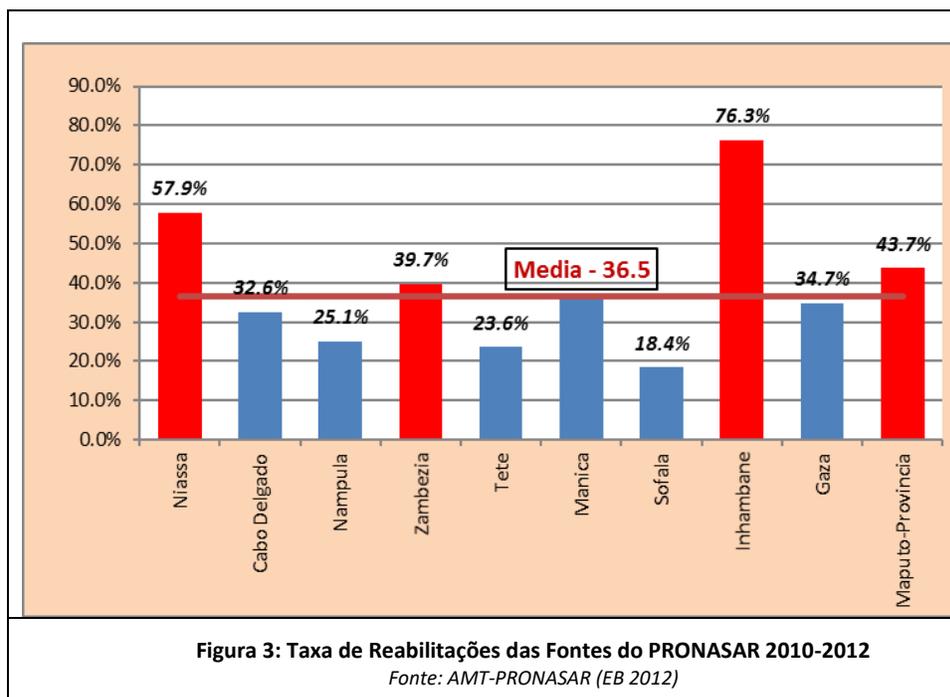
O cumprimento do planificado por província foi regular, excepto em algumas províncias com grandes discrepâncias entre o planificado e o realizado, o que sugere uma necessidade de melhoria do seu processo de planificação, nomeadamente Zambézia (400% de realização nas reabilitações), Manica (680% de realização nas novas fontes) e Sofala (600% de realização nas novas fontes).



Apesar da operacionalidade das fontes dispersas mostrar estabilidade a 80%, não houve uma grande melhoria na taxa de reabilitações que se situou nos 39,3%, ou seja quatro pontos acima da taxa planificada para 2013 de 35%, e apenas menos de três pontos abaixo da cifra observada no ano anterior, 42% em 2012. Portanto, o desempenho foi insuficiente e sugere um reconhecimento de que as avarias das fontes de água é um risco de saúde pública e a sua resolução requer um esforço desde a monitoria da qualidade na construção, disponibilidade de meios e recursos para a manutenção regular, capacidade técnica local para manutenções regulares e capacidade financeira das próprias comunidades para financiar estas manutenções. A Figura 2 mostra que a taxa de reabilitações ainda não apresenta uma tendência clara de redução com o tempo.



A avaliação de médio termo do PRONASAR (EB 2012), dá alguma indicação das províncias com taxas preocupantes dos pesos das reabilitações (Fig 3), que pode ser um ponto de partida para a análise mais detalhada, da origem dos desafios da operacionalidade das fontes e direccionamento dos apoios pós-construção. O destaque vai para as províncias de Niassa e Inhambane com taxas muito acima da média obtida pelo estudo, de 36,5%.



No que diz respeito **aos pequenos sistemas rurais de abastecimento de água** (PSAA) foram reabilitados ou construídos 33 pequenos sistemas rurais contra os 14 planificados no PES 2014, o que constitui uma taxa de realização de 236%. Porém, este desempenho foi conseguido por realizações feitas fora do âmbito do PES que contribuiu com 26 pequenos sistemas construídos/reabilitados em 2013 (78,8% das realizações). Na realidade, o grau de cumprimento do que estava planificado no PES 2013 no âmbito dos pequenos sistemas rurais foi aquém do desejado, 50%. Por outro lado, uma avaliação comparativa mostra que mesmo os 33 pequenos sistemas executados ainda não são suficientes para inverter a tendência decrescente do número de PSAA construídos/reabilitados por ano desde o pico observado em 2010, nomeadamente 2010 (52), 2011 (41), 2012 (35) & 2013 (33).

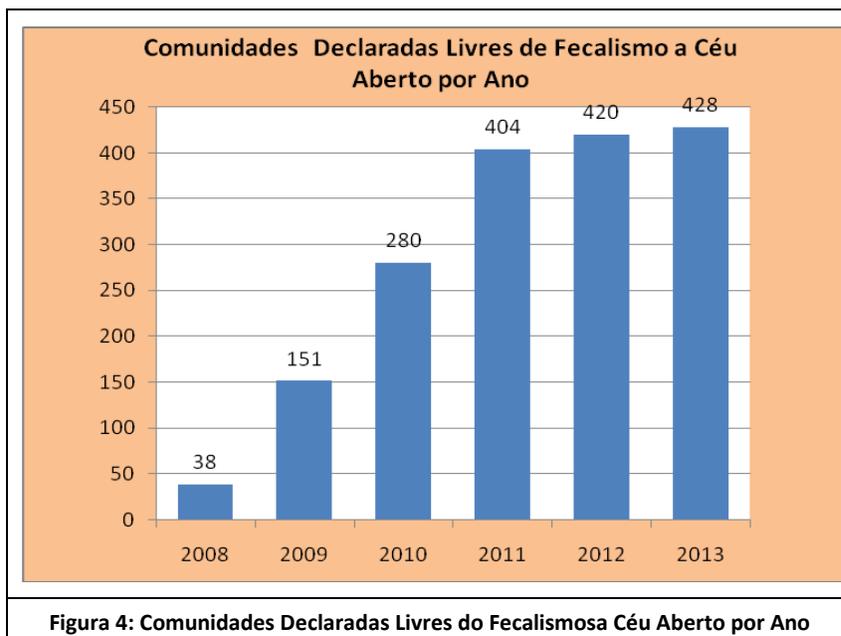
As principais razões para não cumprimento do planificado especificamente no PES 2013 foram técnicas (problemas com as fontes de água inicialmente projectadas para as respectivas captações de água) e naturais (cheias). Porém, é importante também realçar que a planificação do PES foi muito conservadora para esta componente o que pode ter sido originado pela fraca disponibilidade de recursos e há que considerar ainda que o desempenho deste indicador foi também baixo em 2012, 59%. As observações feitas para 2012, nomeadamente a necessidade de melhorar a gestão dos Contratos parecem continuar válidas e deve-se acrescentar também, mobilização de recursos (para se poder planificar com mais ambição), melhorar tecnicamente os estudos de viabilidade (para que estes possam ser mais precisos) e melhorar planificação das actividades (para que estas possam tomar em conta os aspectos hidroclimatológicos que apresentam extremos quase cíclicos e temporalmente localizáveis).

No saneamento rural, previa-se a construção de 41.900 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, mas foram construídas 407.347 latrinas, das quais 286.935 (70%) foram latrinas tradicionais e 120.412 (30%) latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas. O número de LM+LTM supera o grau de realização de 2012 em 70%, mas representa um potencial para servir 602.060 pessoas e um incremento de apenas 1,9% de pessoas servidas.

Devidos as diferenças existentes nos estágios de implementação das actividades de saneamento e particularmente do SANTOLIC, algumas províncias estiveram com realizações do conjunto LM+LTM aquém dos seus objectivos do PES, nomeadamente Tete (80%), Nampula (57%), Inhambane (39%) e Niassa (31%), enquanto outras superaram de longe as suas metas como são os casos de Sofala com realização de 35,378 contra os 4,500 planificados, Zambézia 33,579 contra 8,300 e Cabo-Delgado 21,375 contra 300 planificadas. No global, a construção de LM+LTM superou o planificado o que pode ser o resultado da realização na totalidade das 1,245 campanhas de participação e educação comunitária, nesta matéria no mesmo período.

Ainda em 2013 foram declaradas como livres de feccalismo a céu aberto mais 428 comunidades. Apesar de não existir uma meta para avaliar o seu grau de desempenho, este

indicador tem registado uma tendência de evolução positiva desde que começou a ser reportado em 2008 (Figura 4), o que já é por si só, positivo.



Da figura 4 pode-se constatar que no global, tem havido uma evolução positiva anual em termos de números nacionais de comunidades declaradas livres de fecalismo a céu aberto, o que é positivo. Ainda assim, quando a análise é feita por províncias, constata-se que em algumas delas ainda há muito trabalho a fazer. Algumas províncias registaram sistematicamente fraco desempenho neste indicador nos últimos três (3) anos, nomeadamente Niassa, Zambézia, Inhambane e Maputo, outras registaram desempenhos anuais decrescentes, Tete (-9.4%) e Sofala (-38,7%). A Tabela 4 que apresenta dados AMT-PRONASAR (2012) para os anos 2011 e 2012, e do Balanço do PES 2013, ilustra com detalhes a situação comparativa por província ao longo dos últimos 3 anos.

Tabela 4: Distribuição das Comunidades LIFEAS por Província 2011-2014

Ano	2011	2012	2013
Niassa	8	0	1
Cabo-Delgado	69	141	17
Nampula	96	66	111
Zambezia	0	0	27
Tete	53	50	43
Manica	59	43	106
Sofala	106	100	24
Inhambane	0	0	66
Gaza	12	13	26
Maputo	1	7	7
TOTAL	404	420	428

Fonte: AMT-PRONASAR (EB 2012) & DNA (2014)

f) Sustentabilidade

Definição:	Número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda e com assistência as comunidades por ano
-------------------	---

A sustentabilidade é definida como o número de Distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda, incluindo assistência as comunidades, por ano. Em 2013 foram estabelecidos 49 novos locais de venda de peças sobressalentes. Este indicador não tem um alvo para 2015, e no PES 2013 não foi estabelecido qualquer objectivo. Ainda assim, o seu desempenho foi positivo na medida que dá continuidade a uma tendência de evolução positiva que tem observado desde o início do seu monitoramento em 2008 e especificamente com uma subida de 18 lojas comparativamente a 2012.

Ainda no âmbito da sustentabilidade foram reportadas as seguintes realizações no PES 2013: revitalização de 724 comités de água e saneamento, treinamento/formação de 279 mecânicos e artesãos locais. Estas realizações são também muito importantes para a melhoria da sustentabilidade das fontes, por isso, as propostas feitas na avaliação de 2012 de revisão deste indicador para incluir mais elementos são pertinentes. Outra área que deve ser melhorada é a identificação dos distritos novos que passam a dispor destes serviços e planear a expansão dos serviços para distritos sem ou com fraca cobertura.

Finalmente, o sector realizou praticamente o dobro do que havia planificado em termos de campanhas de participação e educação comunitária (201%), realizadas 1,245 campanhas de PEC contra 618 planificadas no PES de 2013, o que é muito positivo.

Nas avaliações anteriores foi levantada a necessidade de reformular este indicador, porque a existência de peças de substituição próximo as comunidades, por si só, não garante a sustentabilidade das fontes. Portanto, o indicador devia ser revisto para congregar mais elementos de sustentabilidade, dentre eles os que têm sido reportados nestas avaliações, nomeadamente a disponibilidade das peças sobressalentes, o funcionamento das estruturas de gestão, pagamento da tarifa e a estrutura e nível do capital social.

g) Investimento

Definição:	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar; Rácio da redução das actividades AASR fora do plano/fora do orçamento no PES; Percentagem do fluxo da ajuda ao sub-sector de AASR reportados no relatório de execução orçamental; Percentagem de ajuda ao subsector de AASR que usa o sistema de procurement público
-------------------	--

O Sector de Águas continua a depender fortemente da ajuda externa. Apesar de haver uma tendência de aumento proporcional da contribuição do orçamento, os fundos externos contituíram 80% do valor global da dotação actualizada do orçamento de investimento do sector. Esta correlação de pesos, faz com que uma descontinuidade ou atraso na

disponibilização dos fundos por parte dos parceiros de apoio programático, como ocorreu em 2013 tenha um impacto negativo no desempenho do sector.

Em 2013, apesar de o Governo ter alocado mais recursos para o sector de águas comparativamente aos anos anteriores (+26% relativamente a 2012), o valor global dos fundos alocados ao sector, sofreu uma redução de (-28% relativamente a 2012), por conta da redução significativa dos fundos canalizados pelos parceiros de apoio programático (-28% comparativamente a 2012).

O Orçamento Total do Sector de Águas em 2013 teve a dotação actualizada de **5.220.732,26 mil Meticais**, dos quais cerca de 2% para funcionamento e 98% para investimento. Este valor inclui tanto os fundos internos externos que foram inscritos nos PES. A percentagem dos fundos que foram canalizados e implementados fora do sistema de procurement público foi de **190,469.29 mil Meticais**, o equivalente a 4% do orçamento global do sector.

Foi positivo que se tenha observado um aumento dos fundos internos disponíveis para o alcance das metas ODMs, mas negativo que a componente externa tenha registado uma redução significativa. Importa realçar que a percentagem da ajuda fora do PES capata tenha sido apenas de 4%.

h) Género e equidade

Definição:	% de comités de água com mulheres na posição de chefia % de agregados familiares e áreas pobres com acesso a água e ao saneamento % de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre
------------	--

Este indicador não tem uma meta pré-definida para 2014/5 e a medição do seu progresso só pode ser feita a partir de estudos específicos. Apesar de em Moçambique, a tarefa de provisão de água na família ser da responsabilidade da mulher e da rapariga, não existe uma série de dados históricos que permitem capturar a percentagem de mulheres que fazem parte ou chefiam os comités de água.

Por detrás do princípio da promoção da participação da mulher em posições de chefia nas estruturas de gestão basea-se no facto da mulher ser a provedora de água na família, honesta, confiável e mais sedentária que os homens, relacionando-se por isso com a sustentabilidade dos serviços. Segundo o estudo de base do PRONASAR (EB 2012), 54% das fontes existentes no país têm comités de água, verificando-se um relativo equilíbrio de género entre os seus membros, ainda que com predominância de homens, pois 45% dos comités de água são chefiados por mulheres. Entretanto a região norte está mais próxima da média com 44,9%, notado-se disparidades elavadas nas regiões Centro (40%) e Sul (50,4%). O seu funcionamento apresenta níveis satisfatórios, com 77% dos comités a reunirem pelo menos duas vezes por ano e 70% a possuírem caderno de contas.

Um passo em frente foi dado no exercício do balanço do PES 2013, onde a Província de Cabo-Delgado apresentou dados mais desagregados do processo de revitalização de 12 Comitês de água com um total de 144 membros, dos quais 63% são mulheres e 37% homens. Esta prática é de encorajar nos próximos relatórios e deveria ser estendida para as outras províncias. De modo a aumentar a utilidade de medição deste indicador, é importante dizer-se quantas mulheres estão em posição de chefia dos comitês de água, seu nível envolvimento, sua relação com a funcionalidade das fontes e os mecanismos de controlo dos pagamentos.

Reitera-se o que foi reportado no RADS 2013, que os indicadores de equidade “percentagem de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento” e “percentagem de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre”, são indicadores difíceis de capturar porque trazem dimensões econométricas que necessitam de métodos de pesquisa apropriados.

2.2.2 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento urbano

Este grupo de indicadores que monitoram o desempenho do sub-sector de abastecimento de água e saneamento nas zonas urbanas comporta 6 indicadores com 19 definições, incluem aspectos ligados a infra-estruturas, níveis de serviços e impactos na saúde. A principal fonte de dados para a avaliação do desempenho deste subsector são aos relatórios anuais do Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA) ao Governo, que apresentam dados com um detalhe suficiente para o efeito. Porém estes relatórios apresentam dois desafios a saber: (i) o CRA ainda não inclui até a data a avaliação do desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água e sistemas e do saneamento; (ii) o CRA reporta com um ano de atraso relativamente aos QAD.

As lacunas acima indicadas são minimizadas: (i) extrapolando dados, onde isso é possível, e assumindo que os sistemas de abastecimento de água reportados pelo CRA representam o universo urbano e deve-se gradualmente integrar os outros sistemas, a medida que estes vão entrando na análise do desempenho pelo CRA; e (ii) projectando o desempenho actualizado tendo em conta o desempenho do ano anterior ao reportado e os dados de execução reportados pelo FIPAG a DNA no relatório do balanço do PES do respectivo ano.

A melhoria contínua dos dados implica a rápida consolidação da componente de monitoria da AIAS, de modo a reportar o desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água, usando o modelo do CRA. Por outro lado, o SINAS deve formar as cidades e vilas para que estas possam recolher e utilizar a informação sobre saneamento urbano.

a) Incidência de doenças de origem hídrica nos centros urbanos

Definição:	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período
------------	--

Até agora não foi possível recolher dados desde indicador. O envolvimento de consultores para a recolha deste indicador deve ser considerado. A recolha incluiria a caracterização do

abastecimento de água e saneamento dos assentamentos e a fonte de informação seriam as estatísticas do Serviço Nacional de Saúde. Devido a predominância do sistema público de saúde apenas, a recolha dos dados pode ser ainda mais facilitada e fiável nos centros urbanos secundários.

b) Uso de fontes de água e serviços de saneamento

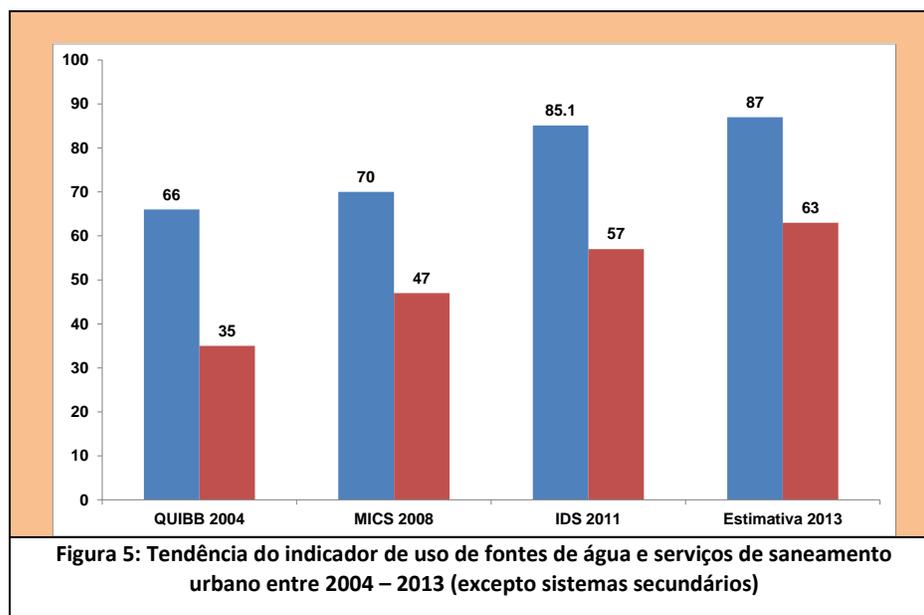
Definição:	% de pessoas que consomem normalmente água de fonte segura (água canalizada)
	% de pessoas que usam normalmente infraestruturas de saneamento seguras

Este indicador mede o grau de uso das infra-estruturas de água e de saneamento pelo inquérito directo aos agregados familiares.

Na falta de estudos específicos para um certo ano, pode-se fazer a extrapolação dos dados dos estudos disponíveis do INE que estima um crescimento de 1% do uso por ano para água urbana e 3.5% por ano para o saneamento urbano. Os dados de partida são: água urbana, 66% em 2004 (QUIBB) e 70% em 2008 (MICS); saneamento urbano, 35% em 2004 para 47% em 2008. Os dados mais recentes vêm do IDS (2012) que são os seguintes: água urbana 84% e saneamento urbano 48%, em 2011.

Assim, foi projectada para 2013 uma taxa de 87% para o abastecimento de água urbana, que parece realística porque mantém a tendência de crescimento de 1.0% no período 2011 a 2013. Esta taxa representa um desempenho excelente porque cumpre e ultrapassa os objectivos do Governo para este quinquênio. O RADS projectou também uma taxa de 63%, pois o saneamento urbano cresceu consistentemente a uma taxa de 3%/ano desde 2004, que também deve ser considerado um bom desempenho (figura 5).

Nestas condições, as metas do PQG 2010-2014 de servir a 6,6 milhões de pessoas (70%) por abastecimento de água urbana foi devidamente alcançada, enquanto no saneamento urbano, a meta de servir a 7,5 milhões de pessoas (80%) não foi alcançada.



c) **Infraestruturas construídas e reabilitadas**

Definição:	No. de ligações domiciliárias existentes e activas nos sistemas de abastecimento de água; No. de fontanários existentes e activos nos sistemas de abastecimento de água; No. de instalações de latrinas melhoradas construídas num determinado período; No. de fossas sépticas construídas num determinado período; No. de latrinas escolares construídas num determinado período; No. de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período; No. de ligações a redes de esgotos estabelecidas num determinado período; Poços e furos com bombas manuais construídos e reabilitados; No. de fontanários construídos e reabilitados durante um certo período; No. de ligações para dentro de casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.
------------	---

No final de 2013 existiam 430,904 ligações domiciliárias activas contra as 444,218 planificadas, o que corresponde a uma realização, 3% abaixo do planificado. Para se alcançar a meta projectada para 2015 o sector deverá incrementar o esforço e realizar em 2014 cerca de 69,000 **novas ligações**, o que pode ser possível porque dos 14 sistemas planificados para serem reabilitados em 2013, 10 foram concluídos e na maior parte deles as ligações serão feitas em 2014, e os restantes 4 muito provavelmente serão também concluídos em 2014. Nos que diz respeito aos **fontanários**, 2,509 estão activos o que corresponde a um crescimento de 3.9% comparativamente ao ano anterior, devendo ser considerado também positivo se tomarmos em conta que os fontanários têm estado a perder terreno para as torneiras no quintal e ligações domiciliárias, como resultado da própria dinâmica socio-económica (caixa1).

Caixa 1 – Tendência de declínio dos serviços por fontanários em três cidades de Moçambique

1. Maputo e Matola

A cobertura por fontanários públicos em Maputo/Matola reduziu drasticamente nos últimos 10 anos, passando de 29% em 2001 para 3% em 2010. Entretanto, um estudo realizado pelo INE (MICS, 2008) indica que a cobertura por fontanários ou torneiras públicas na cidade de Maputo é de cerca de 24%, o que pode resultar da contribuição dos fontanários dos POPs, que segundo o FIPAG, em 2007, serviam a perto de 50% das populações residentes nas áreas peri-urbanas de Maputo e Matola.

2. Inhambane

A Cobertura actual de fontanários em Inhambane é de 3% e cada fontanário cobre em média 56 pessoas, pouco mais de 10% dos 500 actualmente considerados para a estimativa de cobertura por fontanários em Moçambique. Este facto resulta na redução da cobertura geral de abastecimento de água, de aproximadamente 100%, à somente metade (54%) da população de Inhambane.

3. Nampula

Os resultados desta pesquisa mostram que em Nampula, um fontanário cobre em média 202 pessoas, cerca de 40% do valor de referência nacional, actualmente usado para estimativa de cobertura. Este facto resulta numa redução da estimativa de cobertura em mais de 50% para a Cidade de Nampula, o que tem implicações fortes para a planificação dos investimentos pelo FIPAG, e reforça a necessidade de revisão dos critérios de cobertura por fontanários no contexto do desenvolvimento de uma estratégia nacional para garantir a disponibilidade de água segura aos residentes urbanos mais carenciados.

Fonte: WSP (2011, 2012, 2013)

Em 2013, o sector construiu três vezes mais **latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas** nas áreas urbanas do que havia planificado, 15,411 realizadas contra 5,000 planificadas. Mesmo com estes resultados, as províncias de Niassa, Zambézia, Manica e Maputo-Província tiveram realizações abaixo do planificado devido a exiguidade de fundos, atrasos nos desembolsos do BAD para actividades de promoção, deficiente comunicação entre a DPOPH de Maputo e os respectivos Municípios, e a própria capacidade dos Municípios para promover o Saneamento. Estes aspectos localizados devem merecer a devida atenção e correcções no futuro para se evitar desequilíbrios acentuados entre províncias.

Tabela 5: Realizações no Âmbito da Construção de Latrinas nas Zonas Urbanas por Província

Província	Planificado	Realizado	Observações
Maputo-Cidade	300	1,513	-
Maputo-Província	100	70	Deficiente troca de comunicação entre a DPOPH Maputo e os Municípios
Gaza	800	815	-
Inhambane	900	1,208	-
Sofala	1,000	3,090	-
Manica	740	300	Exiguidade do orçamento alocado para o saneamento nas cidades e vilas e deficiente capacidade dos municípios na promoção do saneamento.
Tete	10	6,119	
Zambezia	100	69	Exiguidade do orçamento alocado para o saneamento nas cidades e vilas e deficiente capacidade dos Municípios na promoção do saneamento
Nampula	500	600	-
Cabo-Delgado	350	1420	-
Niassa	300	207	Atrasos nos desembolsos por parte do Banco Africano de Desenvolvimento
Totais	5,100	15,411	

No que diz respeito as **fossas sépticas**, embora não houvesse uma meta especificada para o PES 2013, foram construídas 3,623 unidades nas zonas urbanas e peri-urbanas, indicador que pode ser considerado de positivo porque foram construídas em 2013 mais 1,703 fossas sépticas que 2011, mantendo a tendência crescente que tem-se observado desde que a sua medição iniciou em 2011.

Não é possível avaliar o desempenho das **latrinas em escolas e latrinas sanitários públicos** porque não há metas estabelecidas e há poucos dados reportados destas infraestruturas. Latrinas escolares foram reportadas apenas em 2011 (35) e em 2013 (362). Os progressos dos seguintes indicadores não foram reportados em 2013: latrinas sanitários públicos, ligações a redes de esgotos, poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados e fontanários construídos.

O número de fontanários reabilitados em 2013 esteve muito abaixo do planificado, foram reabilitados 95 contra 287 planificados (33% de realização). Contrariamente, as 51,998 ligações domiciliárias estabelecidas em 2013 superaram em 14% o planificado de 45,728. Estas realizações podem estar a dar uma indicação da tendência que tem sido reportada de as famílias nas zonas urbanas preferirem ligações domiciliárias aos fontanários. Mas merece menção o facto das ligações domiciliárias terem sido planificadas de forma conservadora, pois apesar da realização de 2013 superar o planificado, é 55% inferior a realização de 2012 e 63% de 2011. A recomendação imediata é de que esforços em investimentos devem ser feitos para gartir a expansão para mais famílias deste serviço que está tendo uma preferência crescente e que é de um nível superior.

Quatro indicadores deste grupo não foram reportados este ano, apenas menos um (1) comparativamente a 2012. Recomenda-se que o Sector de Águas inclua no seu processo de recolha de dados a nível local, sobretudo nos Municípios com redes de esgotos, o recurso a dados de obras autorizadas e concluídas nos bairros cobertos pela rede de esgotos. No que diz respeito ao número de poços e furos com bombas manuais nas zonas urbanas e peri-urbanas, recomenda-se uma reflexão sobre a sua pertinência na medida, uma vez que o serviço mínimo para o abastecimento de água urbano é o fontanário.

d) **Eficiência**

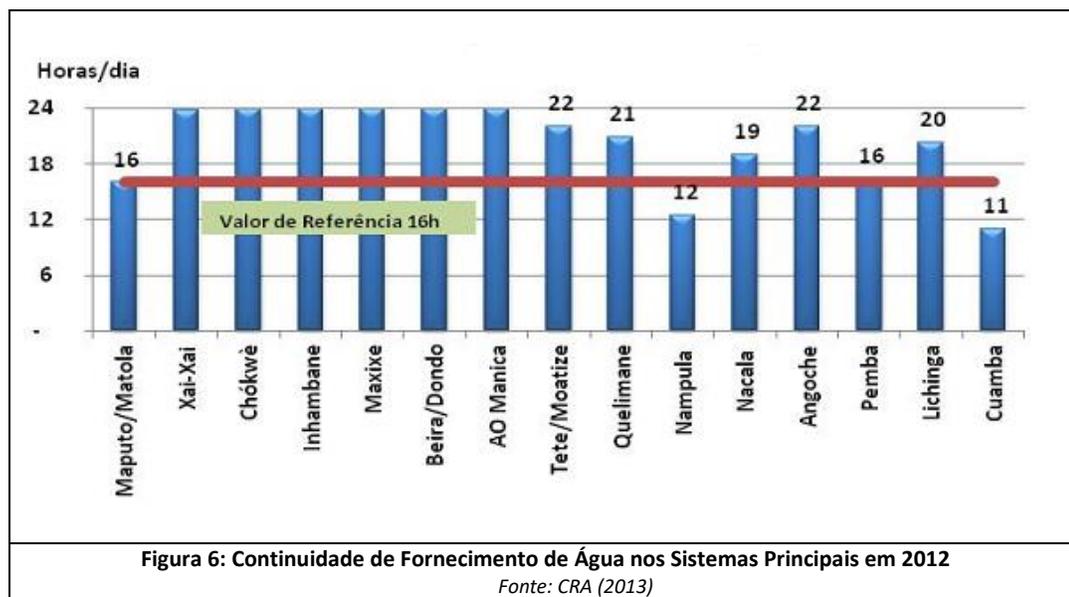
Definição:	Perdas físicas - % da água tratada e distribuída; Perdas comerciais - água não contabilizada; Continuidade do fornecimento - tempo médio de fornecimento de água aos consumidores Tratamento de lamas fecais - % de lamas fecais tratadas
------------	--

No quadro da gestão delegada para o abastecimento de água urbano, a eficiência dos sistemas de abastecimento de água é medida pelos três primeiros indicadores: a percentagem da água captada que se perde no processo de tratamento, transporte e distribuição (perdas físicas), a percentagem da água que tendo sido distribuída não é facturada e cobrada (perdas comerciais) e o número de horas em que os consumidores têm água disponível nas suas torneiras e com a pressão normal para o efeito.

O maior desafio na avaliação destes indicadores reside no facto de o Conselho de Regulação de Abastecimento de Água (CRA), a entidade responsável por reportar estes indicadores no seu relatório ao Governo, o faz com um ano de atraso comparativamente a avaliação do desempenho do Sector de Águas no âmbito do QAD. Assim, os dados são extrapolados depois e corrigidos na avaliação seguinte. O outro desafio está relacionado com o facto de o CRA não estar a reportar até agora a totalidade de sistemas urbanos de abastecimento de água, assim o progresso destes indicadores deve ser tratado com alguma reserva na medida em que trata-se de dados parciais, ainda que os sistemas reportados contenham cerca de 80% do universo da população urbana.

Os valores corrigidos do Relatório ao Governo, CRA (2012) indicam a seguinte tendência: **perdas físicas** - o alvo é de 35% e todos os sistemas reportados da gestão delegada já

atingiram a meta excepto Maputo/Matola (51%), Águas da Região de Manica (46%) e Angoche (37%); **perdas comerciais** - a meta é de 15% e os sistemas que ainda não alcançaram são Pemba (48%), Angoche (37%), Lichinga (36%), Cuamba (33%), Nampula (27%), Maxixe (19%), e Águas da Região de Manica (18%); **continuidade do fornecimento** - o alvo é de 16 horas por dia e todos já alcançaram este alvo excepto Cuamba (11 horas) e Nampula (12 horas), como apresentado na Figura 6.



Alguns sistemas já fornecem água 24 horas por dia, nomeadamente Xai-Xai, Chokwe, Inhambane, Maxixe, Beira/Dondo e Águas da Região de Manica. Os indicadores de perdas físicas e de continuidade do fornecimento tiveram um desempenho bom, enquanto o indicador de perdas comerciais teve um desempenho insuficiente. As perdas comerciais ainda são muito elevadas em seis dos 15 sistemas (18 centros urbanos), devendo maior atenção ser canalizada para esta componente de gestão porque a ausência de pagamento não só penaliza financeiramente a empresa, como também põe em risco a sustentabilidade geral do serviço.

Dados sobre percentagem das lamas tratadas não estão disponíveis, não podendo consequentemente ser avaliado o seu progresso.

e) **Qualidade da Água**

Definição: % de amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano

O indicador “Qualidade da Água” é definido como a percentagem de amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano, do Ministério da Saúde, sendo 33 parâmetros mandatórios distribuídos em microbiológicos (3), físicos e organolépticos (7) e químicos (33). O CRA estabeleceu o limite mínimo de 11. O alvo deste indicador é uma conformidade de 100%. Apenas o sistema

de Maputo/Matola testou em 2013 os 33 parâmetros, seguido de Beira/Dondo com 26 parâmetros.

Este é um indicador que tem estado bem nos sistemas principais. Em 2013 em apenas dois sistemas principais de abastecimento de água foram observados desempenhos preocupantes, Cuamba (50% de conformidade) e Nampula (56%), como se mostra na Tabela 6, os restantes sistemas estão acima de 90%.

Tabela 6: Número de Amostras de Qualidade de Água Controladas por Sistema

Sistema	No de Parametros Controlados	Conformidade das Amostras
Maputo/Matola	33	92%
Xai-Xai	11	100%
Chokwe	11	100%
Inhambane	11	100%
Maxixe	11	98%
Beira/Dondo	26	93%
Quelimane	13	100%
Tete/Moatize	18	100%
AR Manica	25	100%
Nampula	24	56%
Pemba	24	100%
Nacala	24	96%
Angoche	34	92%
Lichinga	24	100%
Cuamba	24	50%
Médias	21	92%

Fonte: CRA (2013)

De acordo com os dados do relatório do CRA ao Governo, em 2012 foram controlados em média 21 parâmetros de qualidade de água, número superior a 11, o mínimo estabelecido pelo regulador, CRA, mas inferior aos 33 mandatários estabelecidos pelo regulamento sobre qualidade de água para o consumo humano. Destas análises 92% (média ponderada) delas estavam conforme, contra o alvo de 100%, estabelecido pelo acordo de desempenho do quadro da gestão delegada.

Apesar do desempenho bom deste indicador, ainda há um trabalho que deve ser feito para elevar o número de parâmetros analisados da média de 20 para 33, sobretudo nos sistemas sistemas que estão ainda no mínimo estabelecido pelo CRA, de 11 amostras, nomeadamente Xai-Xai, Chokwe, Inhambane e Maxixe, como pode-se ver nos dados detalhados da Tabela 6.

2.2.3 Indicadores dourados da gestão de recursos hídricos

O sector ainda não definiu as metas dos indicadores de recursos hídricos e a sua definição para o próximo quinquênio pelo menos para os quatro indicadores já propostos pelo SINAS, nomeadamente, o impacto dos eventos extremos sobre a população, níveis de armazenamento de água, estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas e indicador de infraestruturas construídas e reabilitadas é pertinente. Até 2013 ainda não foi possível ao Sector de Águas recolher e reportar dados relativos a volumes de armazenamento de água, consequentemente a avaliação destes indicadores não será mais uma vez feita.

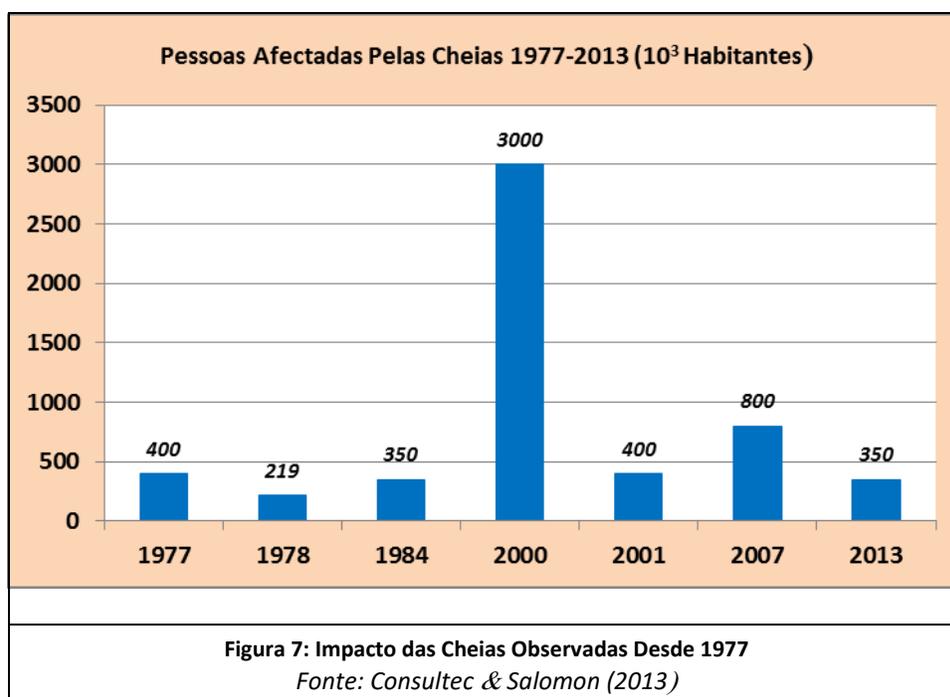
a) População afectada por eventos extremos

Definição:	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período
-------------------	--

Considera-se população afectada por eventos extremos no contexto do sector de águas aquelas que experimentam num determinado ano os impactos negativos das cheias ou da seca. Muito pela sua localização geográfica, a jusante de muitos rios internacionais e algumas zonas em áreas semi-áridas, Moçambique é vulnerável tanto as cheias como a secas, tendo as poires desde 1977 sido observadas em 2000 com 3 milhões de afectados.

A avaliação da situação hidrológica e hidráulica das cheias em Moçambique no período 1977-2013 realizado pelo consórcio Consultec/Solomon estima que 350,000 pessoas foram afectadas pelas cheias que ocorreram no início de 2013 nas bacias do Limpopo, Zambéze e Licungo. As mesmas produziram 154,000 deslocados e 117 óbitos. Na ausência de dados sobre as pessoas afectadas pelas secas no mesmo período, os dados das cheias são assumidos para esta avaliação.

O sector de águas pode melhorar a recolha de dados deste indicador capitalizando o trabalho coordenado que têm sido realizado com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades nas épocas chuvosas, para recolher dados de pessoas afectadas pelas secas. Isto pode ser possível sem necessidade de um grande esforço financeiro e humano porque os mecanismos já existem tanto a nível central como a nível das Administrações Regionais de Águas.



Os dados da Figura 7 ilustram por outro lado que o desempenho deste indicador não depende apenas do esforço desenvolvido pelo sector, mas da magnitude dos eventos extremos que não são controlados pelos humanos. A quantidade de pessoas afectadas pelas cheias em 2013 é em grande parte uma consequência directa da magnitude das cheias observadas em 2013.

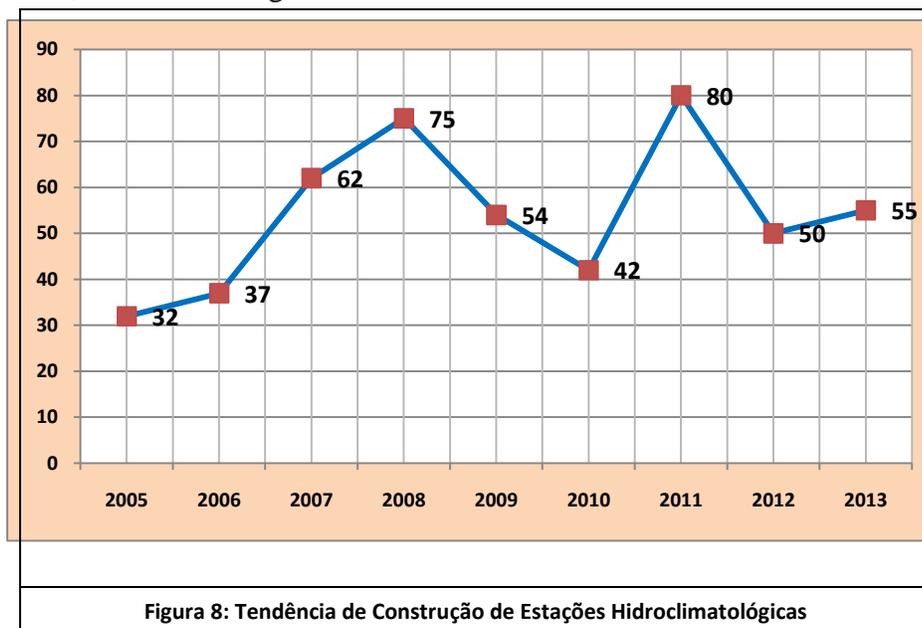
b) Estações hidroclimatológicas

Definição: Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano

As estações hidroclimatológicas são todo o conjunto constituído pelos instrumentos de medição dos parâmetros com influência no comportamento dos recursos hídricos, nomeadamente, hidrométricas (escoamento dos rios), pluviométricas (precipitação), evaporímetros (evapotranspiração), termómetros (temperatura), cata-ventos (sentidos dos ventos), entre outros. As estações hidroclimatológicas podem ser manuais, quando os dados são lidos e registados pontualmente por um técnico afecto a uma estação específica. As estações telemétricas já dispõem de equipamento automatizado que pode transmitir informação para uma base de dados centralizada numa forma contínua, permitindo que os dados possam estar disponíveis aos gestores de recursos hídricos em tempo real.

Para 2013 foi planificado no PES a construção/reabilitação de 57 estações hidroclimatológicas, sendo 47 manuais e 10 telemétricas. Foram realizadas 52 estações no âmbito das actividades do PES e 3 foram construídas fora do âmbito do PES 2013. O projecto de estabelecimento de 10 estações telemétricas que estava programado para a bacia do Maputo foi cancelado para dar resposta ao impacto das cheias, aquando da elaboração do orçamento rectificativo.

No global a realização das estações manuais corresponde a 100% do planificado no PES 2013, mas que não melhora a tendência oscilante que este indicador tem experimentado desde 2005, ilustrada na Figura 8.



c) Infraestruturas de retenção construídas e reabilitadas

Definição: Número de barragens grandes em construção concluídas por ano;
 Número de barragens médias construídas por ano;
 Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano; e
 Número de represas construídas e reabilitadas por ano.

Estes indicadores não têm metas de longo prazo estabelecidas, devendo se trabalhar para que as respectivas metas sejam definidas para o próximo quinquênio. No PES 2013 não foram estabelecidas metas para barragens médias e pequenas, apenas foi estabelecida uma meta para 1 barragem construída e 2 represas construídas e reabilitadas. As realizações foram de 1 barragem grande e 3 represas o que corresponde a 100% do planificado. Deve-se definir as metas de longo prazo e melhorar o processo de planificação tomando em conta o ciclo longo para a concretização física deste tipo de infra-estruturas, provavelmente melhorando os próprios indicadores.

2.3 Actividades Realizadas no Âmbito do SINAS

Ainda não existem metas de longo prazo nem anuais para as actividades do SINAS. Entretanto, elas têm estado a ser desenvolvidas e o principal resultado das mesmas é o facto de o sector estar anualmente a melhorar a recolha de dados das suas realizações em todo o país. Na prática, elas são direccionadas a capacitação dos técnicos a nível provincial, distrital até aos postos Administrativos nos instrumentos de recolha e gestão de informação.

Para 2013 o PES não tinha inscrita qualquer actividade do SINAS. Entretanto, foram realizadas as seguintes actividades: reciclagem de 39 técnicos dos SDPI, 85 chefes de Postos

Administrativos e 202 chefes de Localidades na recolha de dados/informação sobre o abastecimento de água e saneamento rural, e 58 técnicos dos SDPI na operação da Base de Dados informatizada. Foram também codificadas 1.433 fontes e digitalizadas na base de dados 2.088 fontes dispersas. É importante que o SINAS defina metas para as suas actividades, sobretudo de produto para o PES e provavelmente de resultados a longo prazo. Um ponto de partida para 2014, seria a definição de número de treinamentos que devem ser realizados num certo nível (central, provincial, distrital ou localidade), quantificação do impacto desejado e dos locais de expansão do SINAS. A prioridade imediata para a expansão do SINAS é nas seguintes áreas: sistemas secundários abastecimento de água urbano (sistemas do AIAS), saneamento urbano (Municípios/AIAS) e recursos hídricos (Administrações Regionais de Águas).

2.4 Assuntos Chave e Recomendações

2.4.1 Assuntos chave

- O Sector de Águas vai apenas atingir uma (1) das quatro (4) metas do plano quinquenal do Governo e dos ODM, a de abastecimento de água urbano. No caso do abastecimento de água rural, a mudança do critério de cálculo da taxa de acesso a esses serviços de 500 para 300 pessoas por fonte, introduzida em 2013, resultou na redução da taxa de cobertura para níveis que comprometem os objectivos do PQG e dos ODM.
- Das duas metas dos indicadores QAD para 2013, o indicador de água teve um desempenho excelente, enquanto o indicador de saneamento teve um desempenho insuficiente.
- Das quatro metas do PARP, a água e saneamento urbano apresentam uma evolução positiva tendente a cumprir com os objectivos estabelecidos para 2014 e 2015, respectivamente. O indicador de uso de saneamento urbano, resulta de uma projecção a taxa observada entre 2004 – 2011, que é de 3%/ano, devendo por isso ser assumido com alguma reserva e necessitando de realização de inquéritos para sua aferição.
- O desempenho do saneamento rural continua muito baixo e muito longe das metas do PQG - 2014 e dos ODM - 2015, apesar de uma tendência crescente na construção de latrinas que tem-se observado ano após ano. Um dos motivos continua a ser o serviço mínimo aceite para a cobertura, das 402,936 latrinas construídas em 2013, 71% não conta para a cobertura dos serviços.
- Na água urbana, necessita-se de reduzir as perdas físicas que ainda se situam em média acima dos 40%, para garantia da sua sustentabilidade financeira. Por outro lado, será necessário reforçar a capacidade dos laboratórios de análise de qualidade de água dos

sistemas principais de modo que consigam controlar os 33 parâmetros de qualidade de água recomendados pelo MISAU.

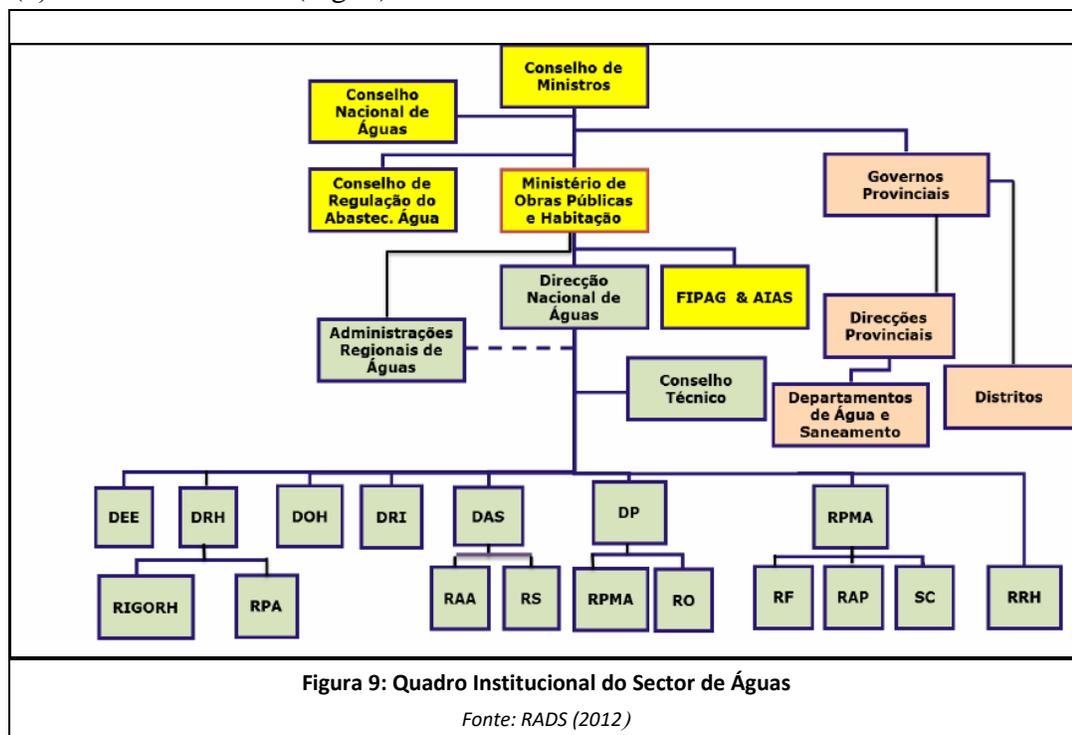
- Ainda observam-se lacunas na recolha de dados para a avaliação mais precisa do desempenho de certas áreas do sector, sobretudo no abastecimento de água urbano (sistemas secundários) e no saneamento urbano no geral.
- Constata-se que em algumas áreas o sector tem estado a ser conservador na planificação anual (fontes dispersas, pequenos sistemas de água rurais e ligações domiciliárias), e em algumas vezes comprometendo os seus objectivos estratégicos. Por outro lado, observou-se em 2013 uma redução de aproximadamente 26% dos fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs, sugerindo a necessidade de intensificar a mobilização de recursos para poder-se planificar com mais ambição.
- O sub-sector de recursos hídricos ainda não tem metas de longo prazo o que dificulta a avaliação objectiva do seu progresso.

2.4.2 Recomendações

- O sector deverá redobrar esforços para recuperar o terreno perdido quanto aos objectivos estratégicos do PQG e dos ODMs e para o efeito, recomenda-se a intensificação da mobilização de recursos financeiros como ponto de partida para uma planificação mais ambiciosa.
- Para corresponder ao esforço de construção de latrinas pelas populações, recomenda-se que o sector faça: revisão dos critérios de cálculos de taxas de acesso ou envide esforços para apoiar tecnicamente as comunidades para a construção de latrinas de padrão aceitável como serviço mínimo de saneamento de acordo com os actuais critérios.
- Recomenda-se que AIAS estabeleça uma parceria commo FIPAG e Municípios para o desenvolvimento e um sistema de levantamento e sistematização de dados de sistemas secundários e de saneamento urbanos, compatível com o reporte de CRA.
- Recomenda-se também a definição de metas de longo prazo para o subsector de recursos hídricos, aproveitando a proximidade do novo quinquênio.

3. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS

Na actual orgânica, o MOPH é o organismo do Governo que superintende a área de águas através da Direcção Nacional de Águas a qual estão delegadas as os sub-setores de abastecimento de água, saneamento e gestão de recurso hídricos. De acordo com o novo regulamento interno aprovado pelo Diploma Ministerial No. 142/2012, de 11 de Julho, a Direcção Nacional de Águas comporta agora sete (7) Departamentos, dez (10) Repartições e uma (1) Secretaria Central (Fig. 9).



Como resultado das reformas iniciadas nos anos 90 no Sector de Águas que visam descentralizar muitas actividades de natureza operativa para outros níveis e permitir que o nível central seja responsável pela orientação e planificação estratégica, foram criadas as seguintes instituições: o Conselho Nacional de Águas (órgão consultivo do Conselho de Ministros e de coordenação inter-ministerial - Lei de Águas), as Administrações Regionais de Águas - ARAs (5 no total, responsáveis pela gestão operacional de recursos hídricos nas a nível de bacias hidrográficas), o Fundo e Património do Abastecimento de Água - FIPAG (para a gestão de investimentos nos sistemas de abastecimento de água urbanos), o Conselho de Regulação do Abastecimento de Água - CRA (para a regulação do quadro da gestão delegada) e a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento - AIAS (para a gestão dos investimentos dos sistemas de abastecimento de água secundários e do saneamento urbano). Para água e o saneamento rurais as componentes investimentos e operacional têm estado gradualmente a ser descentralizadas para as Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPHs) e gerida pelos respectivos Departamentos de Água e Saneamento - DAS.

A nível funcional interno, os sete (7) Departamentos da Direcção Nacional de Águas têm as seguintes funções:

Departamento de Estudos Estratégicos - DEE

É responsável pelos aspectos estratégicos do Sector de Águas, que incluem a planificação estratégica, a investigação técnico-científica, a formação, modelos de desenvolvimento, assistência técnico-jurídica e legislação pertinentes ao abastecimento de água, saneamento e gestão de recursos hídricos. É também responsável pela harmonização dos acordos e instrumentos legais relativos aos rios internacionais, com a legislação nacional.

Departamento de Recursos Hídricos - DRH

É essencialmente responsável pela produção e garantia da respectiva aplicação, de normas, regulamentos e outros estudos de gestão de recursos hídricos, incluindo aspectos ambientais. É também responsável pelo cadastro nacional de utilização da água. O DRH está dividido em duas repartições a saber, Repartição de Informação e Gestão Operacional de Recursos Hídricos (*RIGORH*) e Repartição de Planeamento e Ambiente (*RPA*).

Departamento de Obras Hidráulicas - DOH

É responsável pela promoção da realização de estudos para a materialização de obras hidráulicas estratégicas e de elaboração de projectos tipo para obras hidráulicas de pequena dimensão. É também responsável pelo cadastro da informação relativa a inspecção, inventariação e registo de infraestruturas hidráulicas.

Departamento de Rios Internacionais - DRI

É responsável pela coordenação com os Estados ribeirinhos no que diz respeito ao planeamento conjunto e harmonização das estratégias de desenvolvimento de recursos hídricos das bacias partilhadas, que inclui a preparação de acordos de partilha, planos de monitoramento conjunto, acesso a informação e troca de dados com estados ribeirinhos.

Departamento de Água e Saneamento - DAS

Este Departamento está encarregue de planear e supervisionar as acções de abastecimento de água potável nos assentamentos urbanos e rurais. Este Departamento resultou da fusão dos então Departamentos de Água Urbana (DAU), Departamento de Água Rural (DAR) e Departamento de Saneamento (DES). Cabe ao DAS a contribuição para a definição de políticas e estratégias, desenho de modelos de gestão, e instrumentos apropriados para a participação do sector privado, na esfera do abastecimento de água e do saneamento. É também responsável pelo monitoramento do desenvolvimento do quadro da gestão delegada do abastecimento de água e saneamento e pela base de dados da informação de água e saneamento, pertinente a planificação do seu desenvolvimento. O DAS comporta as Repartições de Abastecimento de Água (*RAA*) e Repartição de Saneamento (*RS*).

Departamento de Planificação - DP

Na recente revisão do Regulamento Interno da DNA, algumas funções do antigo Gabinete de Planeamento e Controle foram alocados ao DEE, sobretudo as de planeamento estratégico de longo prazo. As actuais atribuições do DP são principalmente as de preparar e coordenar o processo de planificação do Sector de Águas e monitorar a execução dos planos. É também responsável pela monitoria da execução orçamental, elaboração dos relatórios de desempenho, garantir o cumprimento dos compromissos com os parceiros de cooperação, coordenar a mobilização de investimentos ao Sector de Águas e pelo sistema nacional de informação do Sector de Águas, incluindo a página da DNA na internet.

O Departamento de Planificação comporta a Repartição de Planificação, Monitoria e Avaliação (**RPMA**) e a Repartição de Orçamentação (**RO**).

Departamento de Administração e Finanças - DAF

Este Departamento é responsável por elaborar, executar e controlar o orçamento e fundos alocados a instituição, de acordo com as normas do SISTAFE; participar na elaboração do orçamento da instituição; gerir e garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património móvel e imóvel da instituição; elaborar os balancetes e relatórios de Prestação de Contas sobre a execução financeira e patrimonial da instituição; participar na preparação da conta da gerência; orientar as acções de resposta as auditorias externas; e assegurar a aplicação das normas do sistema nacional de arquivo do estado. O Departamento de Administração e Finanças comporta as seguintes unidades: Repartição de Finanças (**RF**), Repartição de Administração e Património (**RAP**) e Secretaria Geral (**SG**).

Repartição de Recursos Humanos (RRH)

A Repartição dos Recursos Humanos é independente a qualquer dos Departamentos e é responsável por zelar pelo cumprimento do EGFAE; zelar pelo cumprimento do SIGEDAP; participar na elaboração do quadro pessoal do Ministério de tutela; assegurar a implementação das actividades do âmbito das estratégias de combate ao HIV-SIDA na Função Pública, pessoa portadora de deficiência e anti-corrupção; manter actualizado os registos biográficos dos Funcionários e Agentes do Estado; efectuar o levantamento de necessidades de formação e propôr programas específicos de treinamento na área de águas; emitir pareceres relativos aos recursos humanos afectos a Direcção; gerir a efectividade e assuidade dos Funcionários e Agentes do Estado afectos na Direcção; e realizar estudos colectivos sobre legislação e outros documentos que se considerar pertinentes.

A nível das províncias as **Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH)** através dos seus **Departamentos de Água e Saneamento (DAS)** são os braços da Direcção Nacional de Águas, sobretudo na implementação de programas de investimentos de abastecimento de água e saneamento rurais.

A nível distrital o braço da Direcção Nacional de Águas nos programas de poços/furos, pequenos sistemas de abastecimento de água, construção de latrinas e monitoria do desempenho do sector são os Serviços Distritais de Planificação Infraestruturas (**SDPI**).

Comunidades

As comunidades são as beneficiárias finais do Sector de Águas quer no acesso aos serviços melhorados de abastecimento de água e saneamento, quer em termos de recursos hídricos em quantidade e qualidade desejada para o desenvolvimento das suas actividades sócio-económicas. Nos desenvolvimentos dos programas de água, sobretudo nas zonas rurais, estes são feitos com o envolvimento máximo destas, devendo contribuir quer no investimento quer na operação e manutenção das infraestruturas. No caso de abastecimento de água as comunidades organizam-se em comités de água, operadores privados de fontanários, entre outros.

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2013

Este capítulo define o desempenho financeiro geral do Sector de Águas e o exercício financeiro de 2013. Apresenta no geral as dotações orçamentais, os fundos libertados e os gastos na execução das actividades do sector.

4.1 Gestão das Finanças Públicas

A planificação, orçamentação e gestão financeira no sector público em Moçambique é feita de acordo com o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), estabelecido pela Lei 2/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto No. 23/2004, de 20 de Agosto. O sistema de planificação e orçamentação do Estado é unificado, através da inserção das actividades de nível Distrital, Provincial e Central no Plano Económico e Social (PES) e no respectivo Orçamento do Estado (OE). O PES constitui assim, uma versão consolidada dos planos sectoriais que são, onde é possível, elaborados com base nos planos distritais. No Sector de Águas, a planificação dos sub-sectores de abastecimento de água e saneamento rurais parte dos Distritos, mas a planificação da gestão dos recursos hídricos, parte de níveis mais altos (de bacia hidrográfica).

Para melhorar a exactidão e inclusão nos planos Distrital, Provincial ou doutro nível, as actividades relevantes das ONGs, sector privado e outros actores, são captadas e incluídas nos planos, orçamentos, na monitoria e no processo de prestação de contas. Isto requer um sistema funcional e eficaz de recolha de dados e fluxo de informação a partir das Comunidades, Distritos, Províncias, até a DNA e outras instituições do Sector, Governo e outros actores.

O PES e o OE são instrumentos de planificação que se complementam e são materializadores do PQG, e devem também estar alinhados com a planificação de médio prazo (cenários fiscais de médio prazos - CFMP), que constituem a programação financeira de todos os programas do Governo.

4.2 Execução Orçamental do Sector de Águas

A Execução financeira do Sector de Águas é dividida por fonte de recursos, forma de execução e por nível institucional. Os fundos internos financiam o funcionamento e uma parte do investimento; enquanto que os fundos externos financiam apenas a componente de investimento.

A componente externa inclui orçamento de investimento financiados por projectos “*On Budget on CUT*” (*Conta Única do Tesouro*) e “*On Budget off CUT*”. A tabela 6, apresenta resumidamente os mecanismos de financiamento do funcionamento e investimentos do Sector de Águas.

Tabela 7: Resumo dos Mecanismos de Financiamento do Sector de Águas

Orçamento	Financiamento	Método de Execução	Observações
Funcionamento	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	No Orçamento e Executado Através da Conta Única do Tesouro
	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	
Investimento	Externo	<i>On Budget on CUT</i>	No Orçamento e Executado fora da Conta Única do Tesouro
		<i>On Budget off CUT</i>	
		<i>Off Budget off CUT</i>	Fora do Orçamento e Fora da Conta Única do Tesouro

Nota: os fundos “*Off Budget Off CUT*”, que provém de projectos financiados pelos parceiros de cooperação sem que estejam inscritos no orçamento do Estado, é que constituem o maior desafio em serem contabilizados e reportados pelo Sector.

O Orçamento total do Sector de Águas em 2013 teve a **dotação actualizada** de **5.220.732,26 mil Meticais**, dos quais cerca de 2% para funcionamento e 98% para investimento. O balanço entre o funcionamento e o investimento é um dado importante para a sustentabilidade, mas neste momento necessita-se de análises específicas para compreender essa relação.

Tabela 8: Execução do Orçamental do Sector de Águas - 10³ MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	105,700.11	107,229.46	99,784.71	93%	21%
Investimento - Interno	1,166,712.75	1,001,608.82	952,297.69	95%	
Investimento - Externo	3,990,693.28	4,111,893.98	2,486,495.88	60%	79%
TOTAL	5,263,106.14	5,220,732.26	3,538,578.28	68%	100%

Como pode-se ver na Tabela 8, fundos externos continuam a contribuir de forma significativa para o Sector de Águas, mas com tendência a diminuir. Em 2013 cerca de 79% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado foram financiamento externo e 21% de financiamento interno. Comparativamente ao exercício 2012, o peso do financiamento interno era de 12%, enquanto o do financiamento externo era de 88%; em 2011 foi de 8% e 92%, respectivamente. Nota-se que há um esforço do Governo em reduzir a dependência do financiamento externo aumentando a componente interna do orçamento do Sector de Águas, dado que este sector faz parte dos sectores prioritários do Governo.

Os valores apresentados na Tabela 8, são referentes aos fundos *on budget*. Entretanto, em 2013, o sector beneficiou-se de financiamentos tanto a nível central como provincial de fundos implementados por projectos *off budgets* não inscritos no OE. Os valores que foram possível de captar destes projectos foram de **190.469,20 mil Meticais** o equivalente a apenas de 4% de todo o orçamento do sector, e a realização foi de 65% deste valor, como ilustrado na Tabela 9.

Tabela 9: Despesas do Sector de Águas Incluindo of Fundos Externos Off Budget - 103 MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	105,700.11	107,229.46	99,784.71	93%	20%
Investimento - Interno	1,166,712.75	1,001,608.82	952,297.69	95%	
Investimento - Externo	3,990,693.28	4,111,893.98	2,486,495.88	60%	76%
Investimento - Externo Off Budget	-	190,469.29	123,137.04	65%	4%
TOTAL	5,263,106.14	5,411,201.55	3,538,578.28	65%	100%

4.2.1 Orçamento de funcionamento

O orçamento de funcionamento do Sector, no ano de 2013 teve a **dotação inicial de 105.700,11 mil Meticais** e a dotação **actualizada de 107.229,46 mil Meticais** sendo a **execução de 99.784,71 mil Meticais** correspondentes a 93%. Cerca de 62% do valor total do Orçamento foi gerido pelas instituições do nível Central (DNA, AIAS e CRA) 38% foi descentralizado para as ARAs, como ilustrado na Tabela 10.

Ainda não é possível apresentar a informação do orçamento de funcionamento das províncias (DPOPHs) ligada especificamente ao abastecimento de água e saneamento e gestão de recursos hídricos, pelo facto de o orçamento não apresentar linhas específicas pelas componentes sob responsabilidade das DPOPHs.

Tabela 10: Despesas Totais de Funcionamento em Milhares de Meticais

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso	
						Por Instituição	Por Nível
Central	DNA	21,893.15	21,893.15	21,893.15	100%	20%	62%
	FIPAG	-	-	-	-	0%	
	CRA	32,373.07	32,373.07	31,937.00	99%	30%	
	AIAS	10,590.13	12,119.48	7,923.24	65%	11%	
Provincial	ARA-Sul	9,911.18	9,911.18	9,124.19	92%	9%	38%
	ARA Centro	6,472.84	6,472.84	6,188.71	96%	6%	
	ARA Zambeze	9,464.33	9,464.33	8,096.33	86%	9%	
	ARA C. Norte	7,638.81	7,638.81	7,638.81	100%	7%	
	ARA Norte	7,356.60	7,356.60	6,983.28	95%	7%	
TOTAL		105,700.11	107,229.46	99,784.71	93%	100%	100%

a) Orçamento de funcionamento - Nível Central

Para o exercício de 2013, o Orçamento de Funcionamento para o nível central teve como **dotação inicial 64.856,35 Mil Meticais**, a dotação **actualizada de 66.385,70 mil Meticais** e a **execução de 61.753,39 mil Meticais** correspondente a 93% de execução em relação a dotação actualizada. Do total do orçamento de funcionamento (dotação actualizada) alocada ao nível Central, 49% foi alocado ao CRA, 33% para a DNA, e 18% foi alocado a AIAS.

b) Orçamento de funcionamento - Nível das ARAs

O Orçamento total de funcionamento alocado para as ARAs teve a dotação inicial igual a **dotação actualizada** no valor de **40.843,76 mil Meticais**, uma **execução** de cerca de **93%**.

Do total alocado, 24% foi para ARA Sul, 23% ARA Zambeze e as restantes ARAs, estiveram na ordem dos 16% - 19% do peso total.

Comparativamente a 2012, houve um crescimento global do Orçamento de Funcionamento em 107% (dotação actualizada), com maior crescimento para o nível central (171%), equanto que o nível Provincial teve um crescimento da dotação actualizada de 50%. O grau de execução global reduziu dos 99% em 2012 para 93% em 2013, devido ao grau de execução relativamente baixo observado a nível central e mais concretamente na AIAS (65%), da sua dotação actualizada. Este crescimento mostra que o Governo está a alocar mais recursos destinados a melhoria do funcionamento das instituições o que pode também ajudar a monitoria e avaliação dos programas de investimentos em curso no sector.

4.2.2 Orçamento de investimento

O orçamento de investimento do sector em 2013, teve como **dotação inicial 5.157.406,03 mil Meticais**, com uma dotação actualizada de **5.113.502,80 mil Meticais** e execução de **3.438.739,57 mil Meticais** correspondentes a 67%. A correlação de pesos foi de 20% para fundos internos contra os 80% dos fundos externos.

a) Orçamento de investimento - Fundos internos

A componente interna do orçamento de investimento em 2013 teve uma **dotação inicial de 1.166.712,75 mil Meticais**, uma dotação **actualizada de 1.001.608,82 mil Meticais** e uma **realização de 952.5297,69 mil Meticais** correspondentes a **95%** em relação a dotação actualizada.

Do total do orçamento de investimento alocado ao sector, 65% foram geridos ao nível Central (DNA, FIPAG, AIAS e CRA) e 35% a nível das Províncias (DPOPH, SDPI, ARAs), segundo ilustra a Tabela 11.

Tabela 11: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10³ MZN

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
						Por Instituição	Por Nível
Central	DNA	520,262.00	393,945.58	377,583.04	96%	39.3%	65%
	FIPAG	100,000.00	100,000.00	100,000.00	100%	10.0%	
	CRA	10,000.00	9,000.00	7,901.64	88%	0.9%	
	AIAS	150,000.00	152,300.00	139,835.12	92%	15.2%	
Provincial	ARA-Sul	150,000.00	121,997.49	115,448.67	95%	12.2%	35%
	ARA Centro	2,545.45	2,545.45	2,528.58	99%	0.3%	
	ARA Zambeze	6,050.00	5,445.00	5,424.75	100%	0.5%	
	ARA C. Norte	10,600.00	6,120.00	6,016.00	98%	0.6%	
	ARA Norte	10,000.00	3,000.00	2,993.30	100%	0.3%	
	DPOPHs	207,255.30	207,255.30	194,566.59	94%	20.7%	
TOTAL		1,166,712.75	1,001,608.82	952,297.69	95%	100%	100%

Orçamento de investimento interno - Nível central

O total de fundos de investimento alocados ao Sector de Águas, para o nível central teve a **dotação inicial** de **780.262,00 mil Meticais**, com dotação **actualizada** de **655.245,58 mil Meticais** e uma **execução** de **625.319,80 mil Meticais**, correspondente a 95%. Do valor total para orçamento de Investimento 60% foi para a DNA, 23% para AIAS e 15% para FIPAG e 1% para CRA.

Relativamente a execução destaque vai para FIPAG com execução de 100%, DNA 96%, AIAS 92% e CRA com 88%.

Orçamento de investimento interno - Nível das ARAs

O orçamento de investimento alocado para as ARAs, teve a **dotação Inicial** de **179.195,45 mil Meticais**, a dotação actualizada de **139.107,94 mil Meticais** sendo a **execução** de **132.411,30 mil Meticais**, correspondente a 95%.

Do total alocado as ARAs 88% foi para a ARA Sul, e os restantes 12% são repartidos para as ARA Zambeze e Centro Norte com 4% cada e ARA Centro e ARA Norte, 2% respectivamente.

Orçamento de investimento interno - Nível das DPOPHs

Os fundos de investimento na componente interna alocados as províncias tiveram a dotação inicial de 207.555,30 Mil meticais, dotação actualizada de 207.255,30 Mil meticais, com uma execução de 194.566,59 Mil meticais correspondentes a 94% de execução.

Com a excepção da província de Inhambane com 64%, todas as restantes tiveram execução acima de 92% incluindo os distritos de FC PRONASAR.

Com relação ao valor total alocado, está ilustrado na Tabela 12, que cerca de 20% foi para a província de Niassa, 15% para a província de Inhambane dado que são as províncias que têm poucos parceiros relevantes. Os 13 distritos têm o peso de 1% dado que são alocados fundos para efeitos de despesas correntes, como combustível, ajudas de custos, salários, reparação de viaturas e consumíveis.

Tabela 12: Despesas do Investimento Interno a Nível das DPOPHs - 10³ MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	% Peso
DPOPH Niassa	41.402,69	41.402,69	41.402,69	100%	20%
DPOPH C.Delgado	23.804,47	23.804,47	23.804,47	100%	11%
DPOPH Nampula	16.832,44	16.832,44	16.738,11	99%	8%
DPOPH Zambézia	23.460,16	23.460,16	22.543,88	96%	11%
DPOPH Tete	23.982,73	23.982,73	23.982,73	100%	12%
DPOPH Manica	9.977,37	9.977,37	9.977,37	100%	5%
DPOPH Sofala	6.646,77	6.646,77	6.646,77	100%	3%
DPOPH I'bane	31.540,54	31.540,54	20.094,85	64%	15%
DPOPH Gaza	8.662,14	8.662,14	8.662,14	100%	4%
DPOPH Maputo	18.167,05	18.167,05	18.167,05	100%	9%
13 Distritos (FCP)	2.778,93	2.778,93	2.546,52	92%	1%
TOTAL	207.255,30	207.255,30	194.566,59	94%	100%

A semelhança do que aconteceu em 2012 com a componente interna do orçamento de investimento em 2013, esta teve um aumento na ordem de 21% no global. O aumento foi mais significativo no orçamento centralizado, que situou se em 29% e para os fundos descentralizados o aumento foi na ordem dos 10%. Nota-se que há um esforço do Governo em reduzir a dependência do financiamento externo aumentando a componente interna do orçamento de investimentos do sector.

b) Orçamento de investimento - Fundos externos

A componente externa do orçamento de investimento em 2013, teve uma **dotação inicial** de **3.990.693,28 mil Meticais**, uma dotação **actualizada** de **4.111,893.98 mil Meticais** e uma **realização** de **2.486.495.88 mil Meticais** correspondentes a **60%** em relação a dotação actualizada.

Do total do orçamento de investimento externo alocado ao sector, 77% foram geridos ao nível Central (DNA, FIPAG, AIAS e CRA) e 23% a nível das Províncias (DPOPH, SDPI, ARAs), segundo ilustra a Tabela 11.

Tabela 13: Despesas do Investimento Externo - 10³ MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					Por Instituição	Por Níveis
DNA	1,705,346.24	1,705,346.24	832,139.86	49%	41.5%	77%
FIPAG	931,692.85	972,842.16	935,928.13	96%	23.7%	
CRA	14,473.53	14,473.53	14,473.53	100%	0.4%	
AIAS	393,407.00	408,458.39	278,236.07	68%	9.9%	
MCA		65,000.00	65,000.00	100%	1.6%	
ARA-Sul	716,899.50	716,899.50	191,346.91	27%	17.4%	23%
ARA Centro	25,639.75	25,639.75	25,574.29	100%	0.6%	
ARA Zambeze	-	-	-	0%	0.0%	
ARA C. Norte	-	-	-	0%	0.0%	
ARA Norte	-	-	-	0%	0.0%	
DPOPHs	203,234.41	203,234.41	143,797.09	71%	4.9%	
TOTAL	3,990,693.28	4,111,893.98	2,486,495.88	60%	100%	100%

Orçamento de investimento externo - Nivel central

Os fundos de investimentos externos alocados para o nível Central tiveram a **dotação inicial** de **3.044.919,62 mil Meticais**, com dotação **actualizada** de **3.166.120,32 mil Meticais** com **execução** de **2.125.777,59 mil Meticais**, correspondente a 86% de execução em relação a dotação actualizada. A dotação actualizada inclui o financiamento do MCA, que teve a execução de 100%, 49% para a DNA, 100% para CRA, 96% para FIPAG e AIAS com 68%.

Do ponto de vista do valor atribuído ao nível central 54%, foi inscrito no Orçamento do Estado adstrito a DNA, e parte desses fundos foram executados pelos parceiros de implementação. Apenas os fundos dos projectos que transitam pela CUT é que foram directamente geridos pela DNA. Cerca de 31% foi alocado ao FIPAG, 2% ao MCA e 13% a AIAS e 0,5% ao CRA.

As razões apontadas para baixa execução dos fundos externos na DNA e na AIAS são: (i) dificuldades na recolha de informação da execução financeira dado que grande parte dos projectos são geridos nas Unidades de Implementação e que não transitam pela CUT. Esta situação é recorrente e tem sido sempre reportada nos encontros da RAC, devendo merecer maior atenção nos próximos anos; e (ii) desembolso tardio dos fundos do PRONASAR para o fundo comum o que originou falta de fundos nas CUTs, apesar de ter havido desembolso adicional do DFID.

Orçamento de investimento externo - Nivel das ARAs

Como tem acontecido normalmente apenas a ARA Sul e ARA Centro são as que inscrevem o seu orçamento dos fundos externos no OE. Entretanto as ARAs Norte e Zambeze já estão a beneficiar de fundos externos através de parceiros da Espanha, e da SADC/BAD, respectivamente mas que estão sendo executados como projectos *Off Budget*.

O orçamento de investimento externo para as ARAs, teve a **dotação inicial e actualizada de 742.539,25 mil Meticais**, a execução de **216.921, 20 mil Meticais**, correspondente a 29%, sendo a execução de 27% para ARA Sul e 100% para ARA Centro. Do total alocado para as ARAs 97% foi para a ARA Sul, e apenas 3% para ARA Centro, conforme se pode constatar na tabela abaixo.

A baxia execução da ARA-Sul está relacionada com o atraso na implementação das actividades a que os fundos destinavam devido a morosidade e atrasos nas aprovações dos processos de “procurement” por parte dos respectivos financiadores, cujas recomendações para as devidas melhorias já foram feitas. Para a ARA-Centro o projecto financiado por fundos externos, Programa Pungue II, já está na fase final de implementação daí a maior celeridade na execução das actividades e consequentemente, do orçamento.

Orçamento de investimento externo - Nivel das DPOPHs

O ano de 2013, a semelhança de 2012 as províncias que beneficiaram de fundos externos são as que beneficiam do FC PRONASAR (Maputo, Gaza e Zambézia) bem como os 13 distritos abrangidos pelo FC PRONASAR. Das províncias que estão fora do FC PRONASAR apenas a província de Inhambane é que tem fundos externos inscritos no OE financiados através dos Governos do (Canada e Irlanda).

É do conhecimento de Sector que existem financiadores que apoiam o Sector de Águas tais como Visão Mundial nas províncias de Tete, Zambézia e Gaza e Nampula, JICA e Water Aid em Niassa.

A dotação inicial e actualizada deste fundo foi de 203.234,41 Mil meticais, a execução de 143.797,09 Mil meticais correspondentes a 71%.

As províncias da Zambézia e de Gaza são as que apresentaram boas execuções de 93% e 88% respectivamente. A província de Maputo foi que apresentou a execução mais baixa de 64%.

A maior percentagem da dotação dos fundos externos foi para a província de Inhambane com 48%, seguida da Zambézia com 22%, segundo a tabela 11.

Tabela 14: Despesas do Orçamento de Investimento Externo a Nivel das DPOPHs e Distritos - 10³ MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
DPOPH Niassa	-	-	-	-	-
DPOPH Cabo-Delgado	-	-	-	-	-
DPOPH Nampula	-	-	-	-	-
DPOPH Zambézia	45.664,20	45.664,20	42.584,72	93%	22%
DPOPH Tete	-	-	-	-	-
DPOPH Manica	-	-	-	-	-
DPOPH Sofala	-	-	-	-	-
DPOPH I'bane	96.897,21	96.897,21	54.137,07	56%	48%
DPOPH Gaza	30.436,20	30.436,20	26.926,76	88%	15%
DPOPH Maputo	22.174,20	22.174,20	14.191,12	64%	11%
13 Distritos (FCP)	8.062,60	8.062,60	5.957,42	74%	4%
TOTAL	203.234,41	203.234,41	143.797,09	71%	100%

Orçamento de investimento externo - Fundos *Off Budget*

Como se fez referência existem fundos externos *Off Budget* que não são inscritos no OE, que apoiam de forma significativa as actividades do Sector de Águas, que foram executados a todos os níveis central (DNA) e ARAs (ARA Zambeze e Norte).

Os fundos alocados a DNA são referentes a reabilitação do sistema de Abastecimento de Água de Mueda financiada através de um crédito de Portugal; formação de longa duração e capacitações a nível das Províncias, Distritos, Posto Administrativo e Localidade no âmbito do SINAS financiada pela SDC; e assistência técnica estratégica financiada pela Holanda.

A ARA Zambeze beneficiou também do financiamento da Holanda para efeitos de capacitação institucional e melhoramento da rede hidroclimatológica da bacia do Zambeze. Enquanto a ARA Norte beneficia de fundos de parceiros espanhóis também para efeitos de melhoramento da rede hidroclimatológica e capacitação institucional.

Tabela 15: Despesas do Orçamento de Investimento Off Budget - 103 MZN

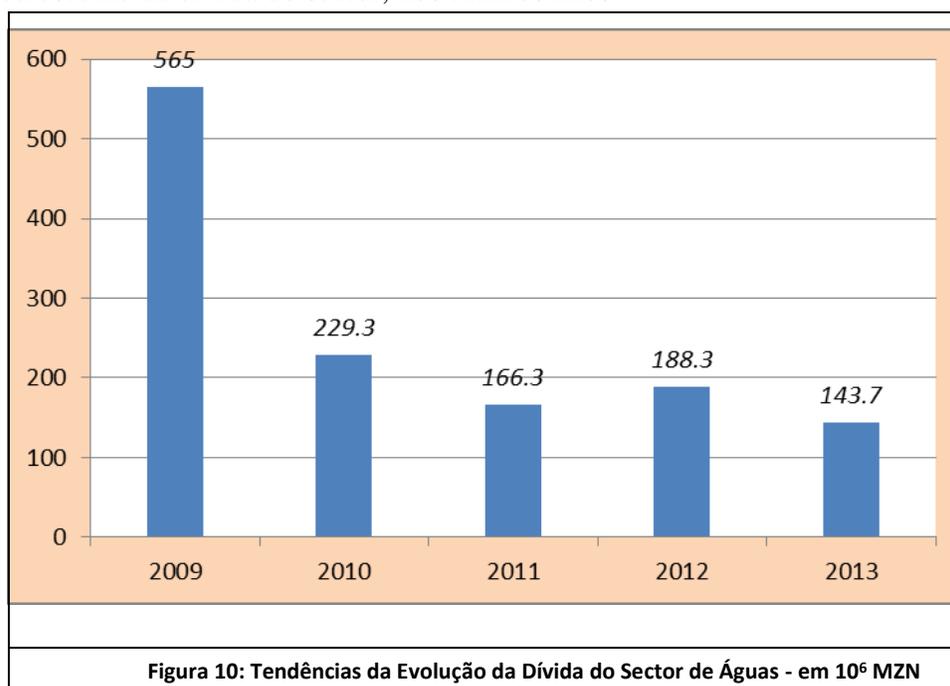
Nível	Instituição	Dotação	Execução	% Exec	% Peso
Central	DNA	129.567,88	83.160,84	64%	68%
Provincial	ARA Zambeze	12.086,32	8.099,80	67%	6%
	ARA Norte	48.815,09	31.876,14	65%	26%
Total		190.469,29	123.136,78	65%	100%

Comparativamente a 2012 verificou-se uma redução significativa do orçamento global (*on budget + off budget*) do sector na ordem dos 28%. Esta redução deveu-se aos fundos externos que sofreram uma redução e 36%, apesar de ter havido um aumento nos fundos internos na ordem dos 26%. Esta redução no orçamento actualizado foi agravada pela fraca execução observada no investimentos devido aos desembolsos tardios dos fundos.

4.2.3 Dívida do sector

Com relação a dívida do Sector, o Governo tem estado a envidar esforços para a diminuição da dívida resultante do IVA, da comparticipação do Estado e dívidas das facturas. No encerramento do exercício económico dos últimos anos, nos meses de Janeiro o Sector é sempre solicitado a efectuar pagamento de dívidas a partir dos fundos dos saldos ociosos dos outros sectores que são capturados no Sistema pela DNCP, com vista a efectuar pagamentos das dívidas. Como resultado desta acção, o Sector transitou para 2014 sem dívida de IVA e da comparticipação.

O único valor que é apresentado é da ARA Sul, resultante da factura das obras de emergência dos diques de defesa de Chokwé e Xai-Xai que foi apresentado em finais do ano passado. Também existe um valor das dívidas muito antigas que ainda não foram pagas relativo ao projecto ASNAI, porque os processos não foram devidamente tramitados, estando a decorrer o processo da sua regularização. Por isso o grafico da Figura 10, mostra uma tendência decrescente da dívida do sector, nos últimos anos.



Apesar desta tendência, há uma necessidade de o sector envidar esforço adicional para eliminar a dívida, sobretudo aquela que contraiu há alguns anos. Uma forma de fazer seria pela sua amortização parcial ano após ano aquando da execução dos saldos ociosos doutros sectores.

5. REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA

5.1 Enquadramento no Mecanismo Nacional de Revisão Conjunta

O processo da Revisão Sectorial Conjunta enquadra-se nos mecanismos de coordenação e diálogo, estabelecidos entre o Governo e os parceiros, sobre políticas prioritárias e decisões estratégicas de uso efectivo da ajuda para a redução da pobreza, em particular e o alcance das metas nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em geral.

Uma das grandes prioridades do Governo de Moçambique é a redução da pobreza absoluta. Para o alcance deste objectivo é articulado pelo Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), que ‘é reflectido no Plano Quinquenal do Governo.

No contexto global, requer-se que a ajuda ao desenvolvimento seja o mais efectiva possível, daí que os parceiros de desenvolvimento apoiam os compromissos do Governo de adoptar e implementar de forma efectiva as políticas articuladas de redução da pobreza. A Parceria para o Apoio Programático (*PAP-Programme Aid Partnership*) foi estabelecida dentro deste contexto. Este mecanismo de coordenação envolve 19 parceiros de cooperação que canalizam recursos para o apoio directo ao Orçamento do Estado. O Governo de Moçambique e estes parceiros assinaram em 2004 um Memorando de Entendimento que estabelece os princípios desta parceria, bem como os compromissos para melhorar a qualidade da ajuda programática.

Os 19 parceiros da ajuda programática do Governo de Moçambique são: Banco Africano de Desenvolvimento, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Filândia, França, Alemanha, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Banco Mundial e Austria. Os Estados Unidos da América e as Nações Unidas juntaram-se ao grupo em 2009 como Membros Associados.

Esta parceria é um forum de diálogo entre o Governo e parceiros sobre políticas e decisões estratégicas com vista ao uso efectivo da ajuda canalizada. Existe um mutua reconhecimento de que a ajuda financeira por si só não é suficiente para a melhoria das políticas, governação e capacidade institucional; assistência técnica apropriada e diálogo sobre políticas também são elementos cruciais para que a ajuda possa ser efectiva.

Os processos de monitoria e diálogo estão operacionalizados no processo de revisão anual, alinhados com o ciclo de planificação, orçamentação e monitoria do Governo. Este processos apoiam-se nos seguintes documentos de planificação e monitoria:

Documentos de Planificação

PARP, PES (PAF/QAD - Quadro de Avaliação do Desempenho), CFMP, OE e outros documentos relevantes.

Documentos de Monitoria

Balanço do PES (semestral e anual), Relatórios sobre a Execução do Orçamento do Estado, relatório sobre a Conta Geral do Estado e relatórios das auditorias anuais (incluindo o Relatório do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado e relatórios trimestrais sobre o fluxo de fundos), relatório anual sobre a avaliação da gestão dos fundos públicos, bem como outros relatórios acordados pelo Governo e Parceiros.

Todas as avaliações de desempenho são levadas a cabo de forma conjunta pelo Governo e Parceiros e não de forma bilateral. Existem duas Revisões Conjuntas GdM-PAP sobre o Apoio Programático:

- Revisão Anual (após a elaboração do Balanço do PES) - focaliza na avaliação conjunta do desempenho que serve de base para compromissos subsequentes.
- Revisão semestral (antes da submissão do PES e OE ao Parlamento) - focaliza no diálogo sobre a planificação, orçamentação e acordo sobre o Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD/PAF-*Performance Assessment Framework*).

A revisão conjunta sobre o desempenho pode incluir opiniões divergentes mas aceitáveis para todos os signatários. No caso excepcional em que uma visão conjunta não é alcançada, mesmo após as discussões ao mais alto nível, os diferentes pontos de vista podem ser reportados separadamente no relatório da revisão conjunta.

5.2 Estágio de Implementação das Recomendações de 2012

A situação das recomendações feitas pela RAC 2012 é conforme se apresenta na tabela a seguir:

ESTÁGIO DAS RECOMENDAÇÕES DE 2013

Tópico	Recomendação	Acções a implementar	Ponto de situação	Responsável	Prazos	
Abastecimento de Água Rural	Intensificar as acções conducentes a sustentabilidade & operacionalidade das fontes de água dispersas (o reforço manutenção preventiva das bombas de água).	Realizar seminários distritais de sustentabilidade em 15 distritos do FC, 4 do Banco Africano de Desenvolvimento, 6 do Banco Islâmico de Desenvolvimento e mais 14 Distritos onde estejam a ser implementados o PEC Zonal.	Elaborado pela DNA/DAS o guião para a promoção da sustentabilidade.	DPOPH's/SDPI's	31 de Dezembro/13	
			Para FC agendado para o 4º Trimestre e nos 14 Distritos.			
			BAD e BID replanificados para 2014.			
			Incluído nos indicadores de resultados das actividades do PEC Zonal.			
Maior supervisão pelos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas e das DPOPH enquanto donas da obra).	Elaborar um plano de supervisão para cada contrato de construção/reabilitações de fontes ou de PEC Zonal.	Elaborado e em execução o plano anual de supervisão dos contratos	DPOPH's	30 de Junho		
			SDPI's	30 de Junho		
Planificação e Monitoria	Expandir e acelerar o estabelecimento da base de dados nos níveis descentralizados e melhorar a gestão desta base de dados.	Com apoio das EAS, os SDPI's devem elaborar base de dados manual em todos os Distritos onde esteja a ser implementado o PEC Zonal.	Incluído nos indicadores de resultados do primeiro trimestre das actividades do PEC.	SDPI's	30 de Setembro	
			Capacitados os SDPI's e DAS de Gaza.	DNA (DP/DAS)	Dezembro/13	
						Em processo a aquisição de meios e equipamentos.
						Na fase de conclusão os manuais de operação e gestão da Base de Dados.
Maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na planificação e monitoria das actividades de água e saneamento rural.	Realizar o treinamento dos Chefes de Postos Administrativos das Províncias de Maputo, Inhambane, Manica e Zambézia no uso de instrumentos de recolha de dados e informações sobre água e saneamento.	Realizado o treinamento de 108 técnicos da Província de Manica.	DNA (DAS) e DPOPH's (DAS)	Dezembro/13		

Tópico	Recomendação	Acções a implementar	Ponto de situação	Responsável	Prazos
Saneamento Rural	Fazer advocacia para que o orçamento distrital para investimento em infra-estruturas seja (parcialmente) aplicado na manutenção do nível de cobertura da água e saneamento rural (que é da responsabilidade dos Distritos).	Orientar os Governos Provinciais e Distritais para a alocação de parte do Fundo de Desenvolvimento de Infra-estruturas de interesse social. Orientar os Governos Provinciais e Distritais para a inscrição de projectos e orçamentos específicos de água e saneamento.	Orientadas as DPOPHs no sentido destas persuadirem os Governos Distritais a especificar no orçamento destinado a infra-estruturas o valor das actividades de água e saneamento.	DNA/DAS E DP	
	Maior advocacia, sobre o saneamento, a nível das prioridades e agenda política do país. Clara liderança institucional nas actividades do saneamento assegurando-se também o envolvimento activo do sector privado e mobilização de financiamentos.	Harmonizar as abordagens na promoção do saneamento. Divulgar políticas e estratégias sectoriais, incluindo a divulgação dos papéis e responsabilidades de todos intervenientes.	Em processo de discussão as responsabilidades e papéis do MICOA, MAE, MINED E MOPH sobre a liderança no saneamento. Elaboração do Plano Nacional de Saneamento, de modo que as Abordagens Sectoriais sejam coordenadas. Elaboração do Draft Final do Plano Nacional de Saneamento. Realizado o Retiro de Saneamento, onde foram abordadas as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> • Clara liderança institucional nas actividades do saneamento assegurando-se também o envolvimento activo do sector privado; • Mobilização de financiamentos. 	DNA/DAS	31/12/2013
Abastecimento de Água Urbana	Institucionalizar os mecanismos de coordenação com os Municípios e a Direcção Nacional de Habitação e Urbanismo para a recolha de dados sobre o saneamento urbano e peri-urbano (fossas sépticas, latrinas) nas zonas de expansão.	Estabilizar uma bateria de indicadores para Abastecimento de Água e Saneamento Urbano.	Cartas enviadas ao MAE, para providenciar um documento de comunicação formal com os Municípios. Aguarda-se pela resposta.	DNA (DAS e DP)	Julho/13.
		Estabilizar Modelos de relatórios para os Municípios, DPOPH (DAS), FIPAG e AIAS.	Elaborados os modelos de relatórios.	DNA (DAS e DP)	Julho/13

Tópico	Recomendação	Acções a implementar	Ponto de situação	Responsável	Prazos
		Capacitar os Municípios, Vilas e SDPI's em planificação "Abordagem do Quadro lógico" e uso de modelos de relatórios.	As formações estão programadas para o início do mês de Julho.		Dezembro/13
Saneamento Urbano	Publicar e disseminar a estratégia de água e saneamento urbano.	Previsto no PES 2013 capacitações aos municípios.	Realizada Capacitação nas Províncias de Manica (Chimoio, Gondola e Manica), Niassa (Cuamba e Lichinga), Gaza (Xai-Xai), Inhambane (Inhambane e Maxixe).	DNA (DAS e DP)	31 de Dezembro/13
	Institucionalizar os mecanismos de coordenação com os Municípios e a Direcção Nacional de Habitação e Urbanismo para a recolha de dados sobre o saneamento urbano e peri-urbano (fossas sépticas, latrinas) nas zonas de expansão.	Identificar ao nível da DNA e municípios pontos focais que servirão de ligação entre as instituições.	Solicitado aos municípios indicação dos pontos ; Já identificados os Pontos Focais da DNA.		Junho/13
Recursos Hídricos	Mobilização de recursos para a implementação de acções sustentáveis de gestão dos recursos hídricos dada a grande vulnerabilidade do país a inundações e secas e ocorrência cíclicas destes fenómenos.	Elaborar o Plano Director de Infra-estruturas Hidráulicas de Retenção e Protecção.	Em andamento a preparação dos Termos de Referência.	DNA (DOH/DEE).	Dezembro/14
		Lançar concurso para a construção de infra-estruturas hidráulicas em regime das Parcerias Público Privada	Em andamento Lançado o concurso das Parcerias Públicos Privados.	DNA (DOH)	Dezembro/14
	A necessidade de se estabelecer uma rede estratégica hidroclimatológica de modo apoiar o processo de planificação na gestão dos recursos hídricos.				DNA (DRH)
Orçamentação e Execução financeira	Dotar a DNA do seu classificar orgânico.	Fazer a advocacia junto do MF para que a DNA, os Departamentos de Água e Saneamento nas DPOPH's assim com os SDPI's tenham um classificador orgânico no OE.	Elaborado o classificador Orgânico.	DNA (DP) e Parceiros	Dezembro/13
	Cada parceiro de cooperação deve fornecer informação sobre os seus desembolsos Off-CUT ao Ministério das Finanças e à DNA.	Partilhar com os parceiros os procedimentos para a inscrição de fundos no Orçamento do Estado.	A acção tem sido divulgada em encontros Bilaterais com os Parceiros.	Parceiros de Cooperação	

Tópico	Recomendação	Acções a implementar	Ponto de situação	Responsável	Prazos
	Continuar com o exercício de desenvolver preços unitários tipificados em todas as categorias de despesa, para facilitar a análise da relação entre execução financeira e balanço do PES. Melhorar o processo de descentralização dos fundos.	Elaborar os boletins sobre custos unitários de construção, reabilitação e fiscalização de fontes dispersas. Elaborar boletins sobre o custo do PEC Zonal.		DNA (DP)	

6. ANEXOS

INDICADORES DOURADOS

Anexo 1 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural 2013

Indicador	Definição	Resultados										Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
Tempo para Buscar água	% de agregados familiares que gastam menos de 30 minutos a ir buscar água para beber.				52,7	85,9		43,5	32,0	a)		90	
Acesso	% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.	42,1	43,2	48,5	51,8	54,0	57,4	60,8	64,2	50%		70	
Uso	% da população rural que usa fontes melhoradas*.	24,8	26,5	28,3	30	32,4	34,8	38,0	45,0	50% b)		63	
	% da pop. que usa instalações sanitárias melhoradas*.	4,5	5,0	5,5	6,0	7,5	9,0	14,4	14,7	15% b)		67	
Operacionalidade	% de fontes de água em funcionamento.	71,9	72,4	74,9	79,3	83,2	88,5	80	80	80		95	
Infra-estruturas construídas e rehabilitadas	Nº de fontes de água novas e rehabilitadas/ano.	1.207	1.563	2.442	2.604	2.135	2.433	2.665	2.378	2.212	2.014	3.681	
	Nº de PSAA novos e rehabilitados por ano.	8	6	38	6	4	52	41	35	33	10		
	Nº de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano.					507	316	6					
	Nº de latrinas melhoradas construídas por ano.					16.406	34.083	26.440	21.467	37.490	51.100		
	Nº de latrinas tradicionais construídas por ano.						175.299	134.415	99.521	286.935			
	Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano.						69.195	92.311	48.436	82.922			
Sustentabilidade de	Nº de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.				38	151	280	392	419	428	838		
	Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.						18	26	31	49			
Investimento	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionar (em Milhões de Mts).						330,3	445,5	573,2	425,4			
	Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.	-	1.1	1.3	1.7	-	1.4	0.6					
	% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.												
	% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do <i>procurement</i> público.						31						
Género	% de comités de água com mulheres em posição de chefia.								45				
Equidade	% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.				13			37,5					
	% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.												

Anexo 2 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano 2013

Indicador	Definição	Resultados										Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
Incidência de doenças de origem hídrica.	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período												
Uso de fontes de água.	% de pessoas que consomem habitualmente água de fontes seguras (água canalizada)	66	67.3	68.7	70	71	72	84.0	86.0	87.0			70
Usos de serviços de saneamento.	% de pessoas que usam habitualmente infra-estruturas de saneamento segura (latrina melhorada, retrete ligada a fossa séptica ou a rede de esgotos).	34	38.3	42.7	47	50,3	53,6	48.0	60,0	63			60
Infra-estruturas construídas e rehabilitadas	Número de ligações domiciliárias existentes e activas no Sistema de Abastecimento de Água.		132,712	138,840	187,119	218,316	262,567	316,512	382,924	430,904			
	Número de fontanários existentes e activos no Sistema de Abastecimento de Água.		881	1,338	1,722	2,040	2,585	2,548	2,413	2,509			
	Nº de instalações de latrina melhoradas construídas.					6,793	3,373	11,902	15,340	15,411	16.106		
	Nº de fossas sépticas construídas num determinado período.							290	1.920	3.623			
	Número de latrinas escolares construídas num determinado período.							351		362			
	Número de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período.								NR	NR			
	Nº de ligações a rede de esgotos estabelecidas num determinado período de tempo.						1,368	1,784	1,800	NR			
	Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e rehabilitados										NR		
	Número de fontanários construídos durante um certo período.	147	184	271	191	380	214	93	112	-			
	Número de fontanários rehabilitados durante um certo período.								112	96	140		
Nº de ligações para dentro da casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.	10.181	11.300	12.660	13.307	35.144	38.115	82.188	97.165	51.998	46.618			
Eficiência	Perdas de águas físicas - % de água tratada e distribuída.	<55	50	45	40	35	31	32	41.7	NR			
	Perdas de águas comerciais (ou água não contabilizada) –Água que se perde entre a captação/tratamento e a distribuição							11.7%	15.8%	NR			
	Continuidade do fornecimento de água – Tempo médio de fornecimento de água aos consumidores	<19	17	18	19	18	20	16.6	19.6	NR			
	Tratamento de lamas fecais -% de lamas fecais tratadas.								NR	NR			
Qualidade da água	% das amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para Consumo Humano.							85.7%	92%				

NR – Não Reportado

Anexo 3 - Indicadores Dourados para a Gestão dos Recursos Hídricos 2013												
Indicador	Definição	Resultados									Metas	
		05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período				800.000			50.000		350.000		-
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.											
Estações hidroclimatológicas construídas e rehabilitadas	Número de estações hidroclimatológicas construídas e rehabilitadas por ano.	32	37	62	75	54	42	80	50	55	57	666
Infra-estruturas de retenção construídas e rehabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano									0	2	
	Número de barragens médias construídas por ano									0		
	Número de barragens pequenas construídas e rehabilitadas por ano.											
	Número de represas construídas e rehabilitadas por ano.					3	5	3	12	3	9	
	Número de grandes barragens construídas/rehabilitadas por ano.									1		

7. REFERÊNCIAS

- BALANÇO ANUAL QAD 2013, Direcção Nacional de Águas, Maputo, 2014.
- CONSULTEC & SALOMON (2013) Avaliação Hidrológica e Hidráulica das Cheias em Moçambique 1977-2013: Relatório Final da Etapa I, Abril de 2013, Maputo, Moçambique.
- CRA (2013) Relatório ao Governo 2012, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Julho de 2013, Maputo, Moçambique.
- CRA (2012) Relatório ao Governo 2011, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Outubro de 2012, Maputo, Moçambique.
- CRA (2011) Relatório ao Governo 2010, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Outubro de 2011, Maputo, Moçambique.
- DNA (2014) Balanço do PES 2013 - Draft, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- LEI DE ÁGUAS (1991) Lei No. 16/91, de 3 de Agosto, Suplemento 2, Sábado, 3 de Agosto de 1991, Maputo, Moçambique.
- MISAU/DNS (2004) Regulamento sobre a Qualidade da Água para o Consumo Humano, Diploma Ministerial No. 180/2004, 15 de Setembro de 2004, Maputo, Moçambique.
- IDS (2012) Inquerito Demográfico de Saúde, Measure DHS/ICF International, INE & MISAU, Março de 2013.
- PES 2013, Proposta do Plano Económico e Social para 2013, Governo de Moçambique, Setembro de 2013, maputo, Moçambique.
- PQG 2010-2014, Programa Quinquenal do Governo Para 2010-2014, Governo de Moçambique, Abril de 2010.
- POLITICA DE ÁGUAS (2007) BR No. 43/1ª Série, 5º Suplemento, 30 de Outubro de 2007, Maputo, Moçambique.
- RADS (2012) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2012, Direcção Nacional de Águas, Março de 2013, Maputo, Moçambique.
- RADS (2011) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2011, Direcção Nacional de Águas, Abril de 2012, Maputo, Moçambique.
- RADS (2010) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2010, Direcção Nacional de Águas, Março de 2011, Maputo, Moçambique.
- REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS (2012), Diploma Ministerial No. 142/2012, de 11 de Julho. I SÉRIE, No 28.

(RP-QAD 2013), Relatório da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação de Desempenho de Grupo Sectorial de Água e Saneamento, Maputo, Moçambique.

PRONASAR (EB 2012) Avaliação de Medio Temo do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), - Relatório Final, Agosto de 2013, Salomon, Maputo, Moçambique

VFM-WASF (2014) Evaluating the VFM of DFID's Contribution to PRONASAR Common Fund in Mozambique, Draft Report, 17th January 2014.